



Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

MINUTA - CPL**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO**
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2022
(Processo SEI n.º 0009224-60.2021.6.15.8000)

CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS PARA AS ELEIÇÕES 2022, UTILIZADOS POR AUTORIDADES E SERVIDORES DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRE/PB E DOS FÓRUMS ELEITORAIS DE JOÃO PESSOA, BAYEUX, SANTA RITA E DE CABEDELO.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Recebimento de propostas: a partir da data de publicação do aviso no D.O.U.

Abertura das propostas: 10/08/2022 às 14h00min

(Horário de Brasília/DF)

Endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

AVISOS

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame.

Todos os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, consoante disposto no art. 53 do Decreto n. 10.024, de 20/09/2019.

DÚVIDAS	
No horário de expediente do TRE/PB:	Das 12h00 às 19h00 (segunda à quinta-feira) De 07h00 às 14h00 (sexta-feira)
Telefones:	(83) 3512-1280 / 1281 / 1282
E-mail:	cpl@tre-pb.jus.br

PREÂMBULO

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, através do Pregoeiro designado pela Portaria n.º **91/2022**, publicada em 04/04/2022, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**, no **MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, realizado por regime de execução indireta, com prestação parcelada, sob a forma de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, para contratação eventual e futura do **SERVIÇO DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS PARA AS ELEIÇÕES 2022, UTILIZADOS POR AUTORIDADES E SERVIDORES DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRE/PB E DOS FÓRUMS ELEITORAIS DE JOÃO PESSOA, BAYEUX, SANTA RITA E DE CABEDELO**, mediante as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

O presente certame será processado e julgado nos termos da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, regulamentada pelo Decreto n.º 3.555, de 08/08/2000 (alterado pelos Decretos nºs 3.693, de 20/12/2000, 3.784, de 06/04/2001), do Decreto n.º 10.024, de 20/09/2019, do Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013 (alterado pelos Decretos n.º 8.250, de 23/05/2014 e n.º 9.488, de 30/08/2018), da Lei Complementar n.º 123 de 14/12/2006 (alterada pela Lei Complementar n.º 147 de 07/08/2014), regulamentada pelo Decreto 8.538, de 06/10/2015, da Instrução Normativa n.º 05 - MPDG, de 26/maio/2017, pela Resolução CNJ n.º 270, de 11/12/2018, e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666, de 21/06/93.

A sessão pública será realizada por meio do Sistema *Comprasnet*, disponível no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. e operada pelo Pregoeiro, através do sistema **"PREGÃO ELETRÔNICO"**, no dia **10/08/2022, às 14h00min (horário de Brasília/DF)**, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada no 3.º andar do edifício-sede deste Órgão, situado na Avenida Princesa Isabel, 201, Tambiá, João Pessoa/PB, CEP: 58.020-528.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

1.0 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto o registro de preços para contratação eventual e futura do **SERVIÇO DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS PARA AS ELEIÇÕES 2022, UTILIZADOS POR AUTORIDADES E SERVIDORES DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRE/PB E DOS FÓRUMS ELEITORAIS DE JOÃO PESSOA, BAYEUX, SANTA RITA E DE CABEDELO**, de acordo com os quantitativos e as especificações mínimas, que constam do Anexo I e Anexo II e demais condições gerais deste edital.

2.0 - DOS ANEXOS

2.1 - Além deste edital, integram o presente instrumento as seguintes peças:

- 2.1.1 - o **Anexo I** - "Termo de Referência";
- 2.1.2 - o **Anexo II** - "Especificações e Quantitativos";
- 2.1.3 - o **Anexo III** - "Minuta da Ata de Registro de Preços (ARP)";
- 2.1.4 - o **Anexo IV** - "Minuta do Contrato";
- 2.1.5 - o **Anexo V** - "Modelo de declaração de cumprimento do disposto no art. 3.º da Resolução n.º 07 do CNJ";
- 2.1.5 - o **Anexo VI** - "Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no artigo 4.º da Resolução n.º 156/2012 do CNJ";
- 2.1.6 - o **Anexo VII** - "Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública".

3.0 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico quaisquer empresas especializadas no ramo, legalmente constituídas que:

3.1.1 - estejam devidamente CADASTRADAS no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), da **Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital**, do **Ministério da Economia**, de acordo com o art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019;

3.1.2 - encaminhem, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, indicada no preâmbulo deste Edital;

3.1.2.1 - a etapa de que trata o item 3.1.2 será encerrada com a abertura da sessão pública;

3.1.2.2 - as empresas licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema;

3.1.2.3 - o envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no item 3.1.2, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

3.1.2.4 - a empresa licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital;

3.1.2.5 - a falsidade da declaração de que trata o item anterior sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.1.2.6 - as empresas poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

3.1.2.7 - na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela empresa, observado o disposto no item 3.1.2, não haverá ordem de classificação das propostas;

3.1.2.8 - os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

3.1.2.9 - os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema;

3.1.3 - manifestem, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital, bem como que a proposta está em conformidade com o exigido no instrumento convocatório;

3.1.4 - responsabilizem-se, exclusivamente, por todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação da proposta, e, inclusive, formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances inseridos durante a sessão pública, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.1.5 - acompanhem as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizarem pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;

3.2 - As microempresas e as empresas de pequeno porte, que desejarem participar do certame com os benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, deverão manifestar sua intenção em campo próprio do sistema eletrônico;

3.3 - A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que venha a ser contratada para a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra não poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.3.1 - Para efeito de comprovação do disposto no item 3.3, a contratada deverá apresentar cópia do ofício, enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

3.4 - Não será admitida a participação de empresas:

3.4.1 - em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, salvo se apresentar a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, ou decisão judicial que a desobrigue da apresentação da certidão negativa, ou, ainda, comprove a capacidade econômico-financeira da empresa (conforme jurisprudência do STJ no Resp. n.º 1173735/RN.T4 e no AgRg na MC n.º 23.499/RS.T2, do TCU no Acórdão n.º 8.271/2011 – 2.ª Câmara e da AGU no Parecer 4/2015/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU, exarado no Processo n.º 00407.000226/2015-22);

3.4.2 - que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (Acórdão TCU n.º 842/2013 – Plenário) ou que tenham sido declaradas inidôneas (art. 87, IV da Lei n.º 8.666/93) ou impedidas (art. 7.º da Lei n.º 10.520/02 e art. 49 do Decreto n.º 10.024, de 20/09/2019), desde que não tenham logrado reabilitação;

3.4.3 - reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição (conforme jurisprudência do TCU, acórdão n.º 2.898/2012 – Plenário, a vedação à participação de consórcio nesta licitação prende-se ao fato de que esta não envolve questões de alta complexidade e de relevante vulto, em que as empresas, isoladamente, não tenham condições de suprir os requisitos de habilitação do edital);

3.4.4 - estrangeiras que não funcionem no país;

3.5 - Não será admitida a participação de instituições sem fins lucrativos que não atendam ao estabelecido nas disposições contidas nos artigos 12 e 13 da IN nº 05/2017 – SG/MPDG.PDG.

4.0 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1 - As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o CREDENCIAMENTO no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que também será requisito obrigatório para fins de habilitação:

4.1.1 - o credenciamento no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

4.1.2 - o credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica;

4.1.3 - o licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.1.4 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.1.4.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.2 - A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo, ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

5.0 – DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A proposta, a ser encaminhada **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, até as **14h00min do dia 10 de agosto de 2022** (horário de Brasília), deverá conter:

5.1.1 - a **especificação do serviço** “**Descrição Detalhada Do Objeto Ofertado**”, **marca e modelo (quando houver)**, em conformidade com o Anexo I – “Termo de Referência” e nos termos do **Anexo II** – “Especificações e Quantitativos”.

5.1.2 - o **VALOR TOTAL DO GRUPO, limitado a 2 (dois) dígitos após a vírgula**, no qual se presumem inclusos todos os custos que incorram ou venham a incorrer sobre o objeto licitado, inclusive, impostos, taxas, fretes, encargos sociais, fiscais e trabalhistas, observando o **preço máximo admitido**, estabelecido no item **7.26** deste edital;

5.1.2.1 - caso o valor total e/ou os valores unitários decorrentes do preço total proposto contenham mais de duas casas após a vírgula, **as casas decimais excedentes serão desconsideradas pelo pregoeiro, ainda que seja reduzido o preço total do Item**, sendo esta alteração considerada uma negociação para fins do disposto no item **7.29** deste edital.

5.1.3 - a indicação dos sindicatos, Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas-bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);

5.1.4 - a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

5.1.5 - a relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação;

5.1.6 – comprovação do regime de tributação da empresa;

5.1.7 - a licitante vencedora deverá apresentar, após a fase de lances, a proposta contendo os custos decorrentes da execução contratual e os documentos complementares, mediante o preenchimento do modelo de planilha de custo e formação de preços, para cada item, estabelecidos no instrumento convocatório, Apêndices do Termo de Referência, Anexo I do edital, para cada item, acompanhado de demonstrativo analítico de todos os custos e ainda:

5.1.6.1 - os preços unitários, o valor mensal e o valor global da proposta;

5.1.6.2 - os custos decorrentes da execução contratual, mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, apresentado nos Apêndices do Termo de Referência, ANEXO I deste edital, em conformidade com Instrução Normativa MPOG/SLTI n.º 05 de 26/05/2017, e alterações posteriores;

5.1.6.2.1 - As planilhas **(em arquivo excel)** deverão contemplar as **memórias de cálculo detalhadas**, discriminando a **metodologia e fórmulas adotadas** pela licitante para obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes de composição de custos e formação de preços dos postos de serviço.

5.1.6.2.2 - Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

5.1.6.2.2.1 - Após a análise das planilhas de custos e formação de preços pela CPEPC, os erros apontados pela Comissão deverão ser saneados, no tempo máximo de 01 (uma) hora, após a notificação do Pregoeiro. Caso persistam, poderá ser renovada, apenas 01 (uma) vez, a notificação, por igual tempo. Não ocorrendo o saneamento, após essas 02 (duas) oportunidades, a proposta será DESCLASSIFICADA.

5.1.6.3 - a memória de cálculo dos valores constantes na planilha de custos;

5.1.3.4 - as planilhas de custo e formação dos preços das Horas Extras referentes a 50% e 100%;

5.1.3.5 - a planilha de composição do custo dos uniformes;

5.1.3.6 - A licitante deverá encaminhar as “Planilhas de Custos e Formação de Preços” distintas, cujo preenchimento deverá observar as respectivas categorias, as quantidades de postos e as Convenções Coletivas respectivas;

5.1.6.7 - A composição do preço mensal do contrato deverá ser apresentada obrigatoriamente e seu cálculo deverá incluir a categoria profissional com sua respectiva jornada de trabalho e nível de remuneração decorrente de adicionais legais, assim como os insumos e demais encargos previstos no Termo de Referência, Anexo 01 do edital, empregando como modelo a correspondente Planilha de Custos e Formação de Preços, que segue as recomendações da IN/MPDG Nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

5.1.6.8 - É exigida a indicação, quando da apresentação da proposta, do acordo ou convenção coletiva que rege a categoria profissional vinculada à execução do serviço e que foi utilizada na composição da Planilha de Custos e Formação de Preços da licitante.

5.1.6.9 - As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando o preenchimento do modelo de planilha de custos e formação de preços estabelecido no instrumento convocatório.

5.1.6.10 - É exigida a indicação do sindicato, acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa que rege a categoria profissional que executará o serviço e a respectiva data base e vigência, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO.

5.1.6.11 - Conforme IN/MPDG Nº 05/2017, art. 6º, a Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

5.1.6.12 - A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.1.6.13 - O disposto no caput deve ser observado ainda para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos para as despesas com despedida sem justa causa ou com o quantitativo de vale-transporte.

5.1.6.14 - Caso a proposta apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a contratada, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual.

5.1.6.15 – quaisquer outros documentos que demonstrem a exequibilidade da proposta.

5.1.7 - Em razão do descritivo do Sistema *Comprasnet*, caso o item não possua o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações técnicas dispostas nos descritivos constantes do “Termo de Referência” (Anexo I);

5.2 - Ainda no momento de elaboração e envio da proposta o licitante deverá declarar virtualmente, em campo próprio disponibilizado no sistema eletrônico:

5.2.1 - o pleno conhecimento e cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.2.2 - a inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, bem como a ciência da obrigatoriedade de noticiar ocorrências posteriores;

5.2.3 - que não infringe a proibição do art. 7.º, XXXIII, da Constituição (art. 27, V, da Lei n.º 8.666/93);

5.2.4 - que elaborou a proposta de forma independente;

5.2.5 - **se for o caso**, o atendimento aos requisitos estabelecidos no Art. 3.º da Lei Complementar n.º 123/2006, bem como a aptidão para usufruir o tratamento diferenciado estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

5.3 - O prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta) dias**, contado da data da abertura da sessão pública;

5.3.1 - caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta, por motivo de força maior, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba poderá solicitar a prorrogação geral da validade por, no máximo, igual período;

5.4 - Não serão permitidas ofertas parciais, em relação ao quantitativo total estimado fixado para o ITEM;

5.5 - Quaisquer tributos, despesas e custos diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão presumidos como inclusos nos preços, e não serão admitidos como pleitos de acréscimos, a qualquer título.

5.6 - O encaminhamento da proposta de preços pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital e seus anexos. O licitante será responsável por todas as transações e operações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste edital e seus anexos, as que forem omissas e aquelas que apresentarem irregularidades, alternativas ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

5.8 - O licitante apresentará preço global, nele incluídas as despesas diretas e indiretas, tais como: mão de obra, transporte, alimentação, impostos, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e comerciais, e taxas que se façam indispensáveis à perfeita execução dos serviços.

5.9 - As propostas contendo a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

6.0 – DA HABILITAÇÃO

6.1 - A habilitação do licitante será verificada mediante:

a) consulta “on line” ao **SICAF**, constatando-se a sua regularidade perante a Fazenda Nacional (Certidão de Regularidade de Tributos Federais), Fazenda Municipal (Certidão de Regularidade), Seguridade Social (Certidão de Regularidade – CND), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certidão de Regularidade – CRF);

b) apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa válida, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, podendo ser realizada consulta “on line” ao **TST**;

c) apresentação da certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de **90 (noventa) dias** da data prevista para abertura da licitação;

d) comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

d.1) considerando que o número de postos de trabalho a ser contratado é inferior a 40 (quarenta) postos, **o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação;**

d.2) os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

d.3) será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos;

d.3.1) é admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata o subitem “d.3” acima, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos;

d.4) somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

d.5) poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

d.6) o licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

e) A LICITANTE deverá apresentar para comprovação da Habilitação Econômico-Financeira, dentre outros, os seguintes documentos:

e.1) Balanço e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, que demonstrem resultados superiores a 1 (um) para os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG). (Acórdão TCU n.º 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores);

e.1.1) Somente será necessária a apresentação da documentação prevista no item “e”, nas hipóteses de impossibilidade de verificação automática via SICAF, dos índices de Liquidez Geral –LG, Liquidez Corrente –LC, e Solvência Geral –SG superiores a 1 (um), de empresas com menos de um ano de exercício social ou ainda, de empresas com mais de um exercício, que não apresentarem valores no grupo EXIGÍVEL;

e.1.2) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral –LG, Liquidez Corrente –LC, e Solvência Geral –SG, deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item/grupo pertinente;

e.2) Demonstração de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Avo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação, tendo por base o Balanço e as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social. (Acórdão TCU n.º 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores);

e.3) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta. (Acórdão TCU n.º 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores);

e.4) Demonstração de Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 do valor total dos contratos firmados (ou instrumentos equivalentes) pela licitante com a Administração Pública e com empresas privadas, vigentes na data de abertura da licitação. (Acórdão TCU n.º 1214/2013- Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores);

e.4.1) Esta fração deverá ser comprovada por meio de declaração que detalhe os contratos firmados (ou instrumentos equivalentes) e os respectivos valores, acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social. (Acórdão TCU n.º 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores);

e.4.2) Se houver divergência do valor total constante da declaração, superior a 10% (para cima ou para baixo), em relação à receita bruta discriminada na DRE, a licitante deverá apresentar as devidas justificativas para tal diferença. (Acórdão TCU n.º 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores);

f) declaração de cumprimento do disposto no **art. 3.º da Resolução do CNJ n.º 07, de 18 de outubro de 2005**, com a redação dada pela Resolução n.º 09/2005¹, e conforme o entendimento daquele Conselho exposto na alínea “a” do Enunciado Administrativo n.º 01², podendo ser utilizado o modelo em anexo;

g) declaração de cumprimento ao disposto no **artigo 4º da Resolução do CNJ n.º 156 de 08 de agosto de 2012**, podendo ser utilizado o modelo em anexo;

6.1.1 - caso a licitante pretenda fornecer o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz/filial) deverá apresentar, desde logo, o respectivo CNPJ para consulta “on line” ao **SICAF**;

6.1.2 - após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação exigidos no edital, até a data e o horário estabelecidos

para abertura da sessão pública.

6.1.3 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

6.1.4 - sendo verificado que algum dos documentos exigidos encontra-se vencido ou não conste no SICAF, será admitida a sua apresentação, no prazo estipulado no item 6.1.2.

6.1.5 - a proposta de preços final e os documentos de habilitação, constantes dos arquivos e registros digitais no Sistema Comprasnet, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas, em conformidade com o art. 8º, §1º do Decreto n.º 10.024/2019.

6.1.5.1 - todos os documentos enviados ficarão à disposição dos demais licitantes no Sistema Comprasnet para que, desejando analisá-los, possam acessar diretamente pelo sistema.

6.1.6 - será admitida a comprovação de regularidade jurídica e fiscal através da Internet, por meio de consulta "on-line" efetuada pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio.

6.2 - Os documentos relativos à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista deverão estar válidos na data de abertura das propostas, ressalvado o disposto no item 7.39.

6.3 - As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste pregão, deverão apresentar toda a documentação exigida neste Capítulo para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1 É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

2 As vedações constantes dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 07, de 18 de outubro de 2005, abrangem o parentesco natural ou civil, na linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e o parentesco por afinidade, na linha reta ou colateral, alcançando ainda o parente colateral de terceiro grau, do cônjuge ou companheiro dos membros e juízes vinculados ao Tribunal.

7.0 - DA SESSÃO DO PREGÃO

7.1 - A partir da data e do horário previsto no preâmbulo deste edital, terá início a sessão pública do pregão, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade, verificando a compatibilidade do preço cotado e a conformidade da descrição dos bens ofertados com as exigências do edital e seus anexos, sob pena de desclassificação.

7.1.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.1.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.1.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.2 - Após a apresentação das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

7.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase de lances, quando então os licitantes poderão encaminhá-los, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

7.7 - Os lances serão ofertados pelo VALOR TOTAL DO GRUPO.

7.8 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

7.10 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.11 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.15 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.16 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante que o houver ofertado.

7.18 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade dos licitantes, não lhes cabendo pleitear qualquer alteração.

7.19 - Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir lance de valor considerado inexequível.

7.20 - Cabe aos licitantes acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios decorrente da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

7.21 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.22 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.23 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.24 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.24.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.24.1.1 - prestados por empresas brasileiras;

7.24.1.2 - prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.1.3 - prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.25 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.26 - Considera-se **preço excessivo**, para fins de desclassificação, aquele que superar o menor valor de mercado pesquisado pelo TRE/PB, conforme tabelas abaixo:

GRUPO G1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. DE POSTOS	PERÍODO	N.º DE MENSALIDADES PREVISTAS	UND	VALOR MENSAL POR POSTO (R\$)	VALOR TOTAL POR POSTO (VALOR MENSAL POR POSTO X N.º DE MENSALIDADES PREVISTAS) (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (QUANT. DE POSTOS X VALOR TOTAL POR POSTO) (R\$)
01	Contratação dos Serviços de condução de veículos, através do Sistema de Registro de Preços para Eleições 2022, utilizados para transporte de autoridades e servidores do TRE/PB a serem prestados no Fórum Eleitoral de João Pessoa. Conforme Termo de Referência (Anexo I do edital).	20	DE 22/08 a 31/10/2022	2,3333	POSTO	5.429,44	12.668,68	253.373,60
02	Contratação dos Serviços de condução de veículos, através do Sistema de Registro de Preços para Eleições 2022, utilizados para transporte de autoridades e servidores do TRE/PB, a serem prestados no Fórum Eleitoral de Santa Rita. Conforme Termo de Referência (Anexo I do edital).	04	DE 22/08 a 31/10/2022	2,3333	POSTO	5.440,47	12.694,44	50.777,76

03	Contratação dos Serviços de condução de veículos, através do Sistema de Registro de Preços para Eleições 2022, utilizados para transporte de autoridades e servidores do TRE/PB, a serem prestados no Fórum Eleitoral de Bayeux. Conforme Termo de Referência (Anexo I do edital).	02	DE 22/08 a 31/10/2022	2,3333	POSTO	5.429,44	12.668,68	25.337,36
04	Contratação dos Serviços de condução de veículos, através do Sistema de Registro de Preços para Eleições 2022, utilizados para transporte de autoridades e servidores do TRE/PB, a serem prestados no Fórum Eleitoral de Cabedelo. Conforme Termo de Referência (Anexo I do edital).	02	DE 22/08 a 31/10/2022	2,3333	POSTO	5.440,47	12.694,44	25.388,88
VALOR TOTAL DO GRUPO G1								354.877,60

EXPECTATIVA DE CONSUMO DE 50% (cinquenta por cento).

7.26.1 – considera-se **preço manifestamente inexequível**, para fins de desclassificação, aquele que o licitante não comprove a sua viabilidade, quando contestada;

7.26.1.1 – Considerando os termos da Súmula TCU n.º 262/2010 e Resolução n.º 114/2010/CNJ, será oportunizado ao licitante que apresentar proposta com valores inferiores, de acordo com o disposto no item 7.26.1 deste edital, de demonstrar a exequibilidade da sua proposta;

7.27 - Caso a proposta mais bem classificada não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior a melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, sob pena de preclusão, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada originalmente em primeiro lugar, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto do respectivo ITEM do pregão;

b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no limite estabelecido no caput deste subitem, o sistema fará um sorteio eletrônico entre tais licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para a oferta final do desempate;

d) havendo êxito neste procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação dos licitantes para fins de aceitação; não havendo êxito ou não existindo microempresas e empresas de pequeno porte participantes, prevalecerá a classificação inicial.

7.28 – na hipótese em que nenhum dos licitantes exerça o direito de preferência previsto no item 7.27, prevalecerá o resultado inicialmente apurado após a fase de lances.

7.29 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.29.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.31 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31.1 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, **via e-mail ou chat**, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.32 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em segundo lugar, observados os critérios estabelecidos na Lei Complementar n.º 123/2006, e assim

sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital.

7.33 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.34 - Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.34.1 - A apresentação de novas propostas na forma do item 7.34 não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

7.35 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7.36 - Sendo aceitável a proposta de menor valor, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao SICAF, para comprovar a regularidade do licitante, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

7.37 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, caso o(s) documento(s) se encontre(m) vencido(s) ou não conste(m) no SICAF, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

7.38 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3.º, do Decreto 10.024, de 2019. Para casos de microempresas ou empresas de pequeno porte, o prazo será aquele disposto no item **7.39**.

7.39 - Na forma do artigo 43, § 1.º, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.40 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará a inabilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

7.41 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

7.42 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.43 - Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o pregoeiro poderá negociar, pelo sistema eletrônico, diretamente com o licitante, objetivando a obtenção de melhor preço, conforme o item 7.29.

7.44 - Constatado o atendimento das exigências habilitatórias fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida, os autos à autoridade competente para homologação.

7.45 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

7.46 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

7.47 - A proposta de preços final e os documentos de habilitação, constantes dos arquivos e registros digitais no Sistema Comprasnet, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas, em conformidade com o art. 8º, §1º do Decreto 10.024/2019.

7.47.1 - Somente mediante autorização expressa do Pregoeiro, em caso de indisponibilidade do Sistema Comprasnet, será aceito o envio de documentação através do e-mail cpl@tre-pb.jus.br;

7.47.2 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital. Caso sejam solicitados, os originais ou cópias autenticadas deverão ser enviados no prazo de até 10 (dez) dias, para o seguinte endereço:

Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
Comissão Permanente de Licitação
Avenida Princesa Isabel, 201 – Tambiá
João Pessoa/PB – CEP: 58.020-528

8.0 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

8.1 - A solicitação de esclarecimento a respeito de condições do edital deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública, **exclusivamente**, por meio eletrônico, via Internet.

8.1.1 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

8.2 - Até **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente instrumento convocatório, **exclusivamente**, por meio eletrônico, via Internet.

8.3 - O endereço eletrônico para pedidos de esclarecimento, bem como para impugnações ao edital é: cpl@tre-pb.jus.br.

8.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação ou responder o pedido de esclarecimento formulado, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, podendo, quando for o caso, solicitar auxílio do setor responsável pela elaboração do Termo de Referência ou da Assessoria Jurídica do TRE/PB.

8.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

8.5 - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

8.6 - Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o

tratamento isonômico aos licitantes.

8.7 - As impugnações e os pedidos de esclarecimento, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, no link: Comprasnet SIASG / Gestor Público / Consultas / Compras Governamentais / Pregões / Agendados – Código UASG do TRE/PB: 070009. O fornecedor poderá visualizar também no Portal Transparência deste Tribunal, no sítio www.tre-pb.jus.br, no link: "transparencia / gestao-de-contratacoes".

8.8 - Decairá do direito de impugnar, perante o TRE/PB, os termos do edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades do viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

9.0 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1 - Esta licitação é do tipo **menor preço**, em estrita observância do disposto no art. 7.º do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências e condições deste edital.

9.3 - Será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste edital, apresente o **MENOR VALOR TOTAL DO GRUPO**.

10.0 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, de forma **imediata e motivada**, em campo próprio do sistema, manifestar a intenção de recorrer, quando, aceita a intenção pelo pregoeiro, lhe será concedido o prazo de **3 (três) dias** para apresentar as razões de recurso, também em campo próprio do sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente.

10.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

10.2.1 - Para possibilitar o exercício da manifestação da intenção de recorrer, o pregoeiro manterá a respectiva tela aberta aos licitantes pelo período mínimo de 30 (trinta) minutos, a contar da habilitação do último GRUPO.

10.3 - Os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão em **5 (cinco) dias úteis** ou, nesse período, encaminhá-los ao Presidente, devidamente informados, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

10.4 - Os recursos **imotivados** ou em desacordo com as condições estabelecidas neste edital não serão aceitos.

10.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

11.0 - DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - O Sistema de Registro de Preços - **SRP** é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de bens, para contratações eventuais e futuras da Administração Pública.

11.2 - A Ata de Registro de Preços - ARP (**ANEXO III**) é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas.

11.3 - Órgão Gerenciador é todo órgão ou entidade da Administração Pública Federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório para registro de preços, bem como pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços dele decorrente.

11.4 - Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a futura Ata de Registro de Preços.

11.5 - Órgão Não Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais do procedimento licitatório, atendidos os requisitos do Decreto n.º 7.892/2013, venha a fazer adesão à futura Ata de Registro de Preços.

11.6 - O Órgão Gerenciador do presente SRP será o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, através da Seção de Compras da Coordenadoria de Material.

11.6.1 - O Órgão Gerenciador designará, dentre os servidores da(s) unidade(s) requisitante(s), gestor(es) de compras que será(ão) responsável(is) pelos pedidos do(s) item(ns) registrado(s).

11.7 - A quantidade descrita no **Anexo II** é a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação em vigor; o TRE/PB não está obrigado a adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral ou parcial no decurso do prazo vigente.

11.8 - O presente Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura da respectiva ARP.

11.9 - A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.10 - Homologado o resultado da licitação, a Seção de Compras da Coordenadoria de Material, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da ARP, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas, observados os requisitos de publicidade e economicidade.

11.11 - A contratação junto ao fornecedor registrado, após informação emitida pela Seção de Compras do TRE/PB, será formalizada, por intermédio de instrumento contratual, ou outro similar, no que couber.

11.12 - Caso o fornecedor registrado não atenda à convocação, nos termos referidos no **item 11.10**, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos da sua proposta ou revogar o ITEM respectivo, ou a licitação;

11.13 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

11.13.1 - Os órgãos e entidades que não houverem participado do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, consultarão o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

11.13.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

11.13.3 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

11.13.4 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e eventuais órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.13.5 - Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.

11.13.6 - Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11.13.7 - É facultada, aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais, a adesão à Ata de Registro de Preços da Administração Pública Federal.

12.0 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA NOTA DE EMPENHO

12.1 - Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

12.1.1 - serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

12.1.2 - será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3.º da Lei n.º 8.666, de 1993;

12.1.3 - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo Federal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;

12.1.4 - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações;

12.1.5 - o registro a que se refere o item 12.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto n.º 7.892/2013;

12.1.6 - se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 12.1.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

12.1.7 - a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 12.1.2 será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do Decreto n.º 7.892/2013 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto n.º 7.892/2013;

12.1.8 - o anexo que trata o item 12.1.2 consiste na ata de realização da sessão pública deste pregão, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.

12.1.9 - até a completa adequação do Portal de Compras do Governo Federal para atendimento ao disposto nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.6, a ata registrará os licitantes vencedores, quantitativos e respectivos preços.

12.2 - Homologado o julgamento, o(s) licitante(s) vencedor(es) será(ão) convocado(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período.

12.3 - O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3.º do art. 15 da Lei n.º 8.666, de 1993.

12.3.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1.º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

12.3.2 - A vigência dos contratos decorrentes deste Sistema de Registro de Preços se extingue com o recebimento definitivo do objeto, observado o disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666, de 1993.

12.3.3 - Os contratos decorrentes deste Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

12.3.4 - O contrato decorrente deste Sistema de Registro de Preços será assinado no prazo de validade da ARP.

12.4 - Quando o fornecedor não apresentar situação regular no ato da emissão da Nota de Empenho, ou recusar-se a retirar a mesma, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.5 - Decorridos **60 (sessenta) dias** da data de abertura das propostas no certame licitatório, sem que haja convocação por parte deste Regional para assinatura da ARP, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos, salvo na hipótese do **item 5.3.1**.

13.0 – DO CONTRATO

13.1 - Assinada a Ata de Registro de Preços, a empresa registrada será convocada para assinar o Contrato, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período, conforme art. 64, §1.º, da Lei n.º 8.666/93, sob pena das sanções legais previstas neste edital.

13.1.1 - Se o vencedor não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato ou se recusar a assiná-lo, injustificadamente, a ele serão aplicadas às sanções cabíveis e será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, podendo ainda haver negociação direta para obtenção de melhor preço;

13.2 - O Contrato observará a minuta que constitui o **Anexo IV** do presente edital e terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei n.º 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto n.º 10.024/2019, bem como pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no que couber, e ainda

pela Lei n.º 8.078/90.

13.2.1 - Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento deste pregão, bem como as condições estabelecidas neste edital, independentemente de transcrição.

13.3 - Para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do caput do art. 4.º da IN RFB n.º 1.234/2012, o licitante vencedor deverá, no ato da assinatura do contrato, apresentar à Administração, declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da citada Instrução Normativa, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal.

13.3.1 - A Administração anexará a 1.ª (primeira) via da declaração de que trata o item 13.3 ao processo ou à documentação que deu origem ao pagamento, para fins de comprovação à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), devendo a 2.ª (segunda) via ser devolvida ao interessado como recibo.

13.3.2 - No caso de pagamento decorrente de contratos de prestação de serviços continuados, a declaração a que se refere o item 13.3 deverá ser anexada ao processo ou à documentação que deu origem ao 1.º (primeiro) pagamento do contrato, sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, à Administração, qualquer alteração na situação declarada nos Anexos de que trata o item 13.3.

13.3.3 - A declaração de que trata o item 13.3 poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

14.0 - DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

14.1 - O(s) licitante(s) vencedor(es) ficará(ão) obrigado(s) a:

14.1.1 - enviar documento no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado a partir da adjudicação do objeto do certame, mediante correspondência eletrônica para cpl@tre-pb.jus.br, o qual deve conter:

14.1.1.1 - os dados bancários da licitante: banco, agência e número da conta-corrente;

14.1.1.2 - os dados da pessoa indicada para assinar a Ata de Registro de Preços (nome constante do registro civil e/ou o nome social, quando houver), cargo ou função, número da identidade, número do CPF/MF, endereço, telefone e e-mail);

14.1.2 - prestar o serviço objeto deste pregão de acordo com os Termos de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico n.º 19/2022;

14.1.3 - manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE/PB que tomar conhecimento em razão da execução do presente contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

14.1.4 - oferecer garantia, substituir, reparar o(s) serviço(s) com avarias ou defeitos, garantido o contraditório e a ampla defesa;

14.1.5 - indenizar qualquer dano ou prejuízo causado ao TRE/PB, ainda que involuntariamente, por ação ou omissão no desempenho de suas tarefas.

14.1.6 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, salvo mediante prévia autorização do TRE/PB.

14.1.7 - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, ou quaisquer outros, ainda que não previstos no contrato, resultante da execução do objeto desse certame;

14.1.8 - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que o(s) bem(ns) seja(m) entregue(s) nas dependências da CONTRATANTE.

14.1.9 - Emitir nota fiscal com o mesmo número de CNPJ do estabelecimento (matriz ou filial) que cadastrou a proposta no sítio www.comprasnet.gov.br.

14.1.10 - Manter-se, durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na fase habilitatória desse processo licitatório.

15.0 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - A Administração poderá aplicar ao licitante as penalidades previstas no artigo 49, do Decreto n.º 10.024/2019, sem prejuízo da aplicação dos artigos 20 e 21 do Decreto n.º 7.892/2013. A Administração poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93, no que couber.

15.2 - Com fundamento no artigo 49, do Decreto n.º 10.024/2019, ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa compensatória de até 30% (trinta por cento), sobre o valor total da contratação, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

15.2.1 - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

15.2.2 - não entregar a documentação exigida no edital;

15.2.3 - apresentar documentação falsa;

15.2.4 - não mantiver a proposta;

15.2.5 - comportar-se de modo inidôneo;

15.2.6 - declarar informações falsas; e

15.2.7 - cometer fraude fiscal.

15.3 - Para os fins do item 15.2.5, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

15.4 - As sanções descritas no item 15.2 também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

15.5 - As penalidades estabelecidas nestas cláusulas deverão ser registradas no SICAF;

15.6 - As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade da Administração cobrar do licitante indenização por eventuais perdas e danos;

15.7 - Caso seja constatada a irregularidade fiscal durante a vigência da ARP, a Administração notificará o licitante para providenciar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias. Persistindo a irregularidade serão adotadas providências no sentido de rescindir a avença.

16.0 - DA DOTAÇÃO

16.1 - A despesa decorrente da prestação objeto deste Pregão correrá à conta dos recursos específicos consignados na Proposta Orçamentária 2022 – Pleitos Eleitorais, Natureza da despesa 3.3.90.39.79.0166 – ADICIONAL DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL.

17.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Após a declaração do(s) vencedor(es) da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que, posteriormente, será submetido à homologação pelo Ordenador de Despesas (Secretário de Administração e Orçamento);

17.1.1 - no caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao(s) mesmo(s), a autoridade incumbida da decisão adjudicará o objeto licitado;

17.2 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Os referidos prazos só se iniciam e se vencem em dia de expediente no TRE/PB. Serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.3 - O pregoeiro poderá, em qualquer fase da sessão pública deste Pregão Eletrônico, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, suspender os trabalhos, ocasião em que efetuará o registro dessa suspensão.

17.4 - O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

17.4.1 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **item 17.4**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17.5 - A licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

17.6 - A Administração poderá revogar a licitação somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado, nos termos do [artigo 50 do Decreto n.º 10.024/2019](#);

17.7 - A anulação do procedimento deste edital, por motivo de ilegalidade, induzirá a da contratação, o que não obrigará o TRE/PB a indenizar a licitante vencedora, ressalvado o disposto no item 17.9.

17.8 - A declaração de nulidade da contratação, originada por este edital, opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

17.9 - A nulidade não exonera o TRE/PB do dever de indenizar a licitante vencedora pelo que esta houver executado, até a data em que ela for declarada e por outros danos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, e de apurar a responsabilidade de quem lhe deu causa.

17.10 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o interessado que o tendo aceito sem objeção, venha, após julgamento desfavorável, apresentar falhas ou irregularidades que o viciem.

17.11 - A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das respectivas exigências e condições.

17.12 - A empresa classificada em primeiro lugar se obriga a comunicar qualquer alteração de endereço do seu estabelecimento a este Tribunal, sob pena de decair do direito à contratação ou de incorrer em inexecução contratual, conforme o caso.

17.13 - O pregoeiro, em qualquer momento, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

17.14 - As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação/fornecimento.

17.15 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 65, §1.º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993, nos termos do § 1.º do art. 12 do Decreto n.º 7.892/2013.

17.15.1 - Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no § 3.º do art. 12 do Decreto n.º 7.892/2013 e no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

17.16 - Os autos do respectivo processo administrativo SEI (**n.º 0009224-60.2021.6.15.8000**) que originou este edital estão com vista franqueada aos interessados na licitação.

17.17 - Será verificado pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças do TRE/PB junto ao SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, quando da emissão da Nota de Empenho em favor do adjudicatário, a consulta prévia ao **CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal**, na forma do [art. 6.º da Lei n.º 10.522/2002](#).

17.18 - O extrato de aviso desta licitação estará publicado no DOU – Seção 3 –, no Jornal da Paraíba e no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, no qual poderá ser realizado o download da íntegra do edital. Informações adicionais poderão ser prestadas pela Comissão Permanente de Licitações, através dos telefones (83) 3512-1280/1281, nos horários de funcionamento do Órgão, de segunda a quinta-feira das 12h00 às 19h00 e na sexta-feira das 07 às 14 horas, ou ainda, pelo e-mail: cpl@tre-pb.jus.br.

17.19 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e ou apresentação de documentação/proposta relativa à presente licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

João Pessoa (PB), 25 de julho de 2022.

ANDREZA ALVES GOMES
PREGOEIRO(A)



Documento assinado eletronicamente por ANDREZA ALVES GOMES em 25/07/2022, às 17:07, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2022
(Processo SEI n.º 0009224-60.2021.6.15.8000)**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA



Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

Contratação - Termo de Referência - Serviços nº N° TR 04/2021
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MOTORISTAS/2022 - TRE-
PB/PTRE/DG/SAO/COSEG/SETRAN

1 – OBJETO

Contratação dos Serviços de condução de veículos, através do Sistema de Registro de Preços para Eleições 2022, utilizados por autoridades e servidores da Sede do TRE/PB, situado a Av. Princesa Isabel, 201 – Centro de João Pessoa, Fórum Eleitoral de João Pessoa, situado a Av. Odon Bezerra, 309 – Centro de João Pessoa, Fórum Eleitoral de Santa Rita - Rua Maria de Lourdes Serejo, sn - Centro, Fórum Eleitoral de Bayeux - Av. Liberdade, nº 3423 - Térreo e Fórum Eleitoral de Cabedelo - Rua: Pastor José Alves de Oliveira s/n, Camalaú e Fórum Eleitoral de João Pessoa, situado a Av. Odon Bezerra, 309 – Centro de João Pessoa.

2 – DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A contratação do serviço de condução de veículos justifica-se pelos motivos abaixo exposto:

- Inexistência no Quadro Efetivo de Servidores deste Regional o cargo de MOTORISTA OFICIAL;
- Dificuldade junto a Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, no tocante a requisição de servidor capacitado para o desempenho de tal função;
- Serviços que não podem sofrer solução de continuidade, pois atendem ao transporte de autoridades, servidores e demais funcionários, assim como transporte de documentos e materiais diversos, correlatos as Eleições 2022 e ao bom funcionamento da Sede do TRE/PB e unidades da Justiça Eleitoral da Grande João Pessoa (Santa Rita, Bayeux e Cabedelo).

3 – DA UNIDADES DE MEDIA E QUANTITATIVO DE POSTO DE TRABALHO

a) Serviço de condução de veículos

De acordo o quantitativo de contratações em Eleições anteriores e a demanda de serviços de condução de Autoridades e servidores envolvidos nas Eleições para atendimento vindouro as diversas Zonas Eleitorais dos referidos Fóruns, são necessários para o atendimento aos trabalhos:

	Local da prestação do serviço	Quantidade de postos	Estimativa Mínima
Item 01	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – Av. Princesa Isabel, 201 – Centro de João Pessoa/PB, Fórum Eleitora de João Pessoa, Fórum Eleitoral de Bayeux, Fórum Eleitoral de Santa Rita e Fórum Eleitoral de Cabedelo	28 postos de motoristas	14 Postos

Previsão de Contratação:

b) de acordo com a necessidade, a perspectiva de contratação é de no mínimo 50 % da Ata de Registro de Preços nos seguintes períodos: 22.08 a 03.10.2022, caso haja 2º turno, no período de 04 a 31.10.2022.

MOTORISTA

3.1 - Requisitos básicos:

- a. Certificado de conclusão do 2º grau;
- b. Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- c. Possuir Certificado de “Curso de Primeiros Socorros”;
- d. Possuir Certificado de “Curso de Direção Defensiva”;
- e. Possuir noções de conhecimento de “Segurança Pessoal Motorizada”;
- f. Possuir noções básicas de “ Mecânica de Automóvel”;
- g. Ser considerado pela CONTRATADA, sob fiscalização do CONTRATANTE, o Perfil Psicológico, devidamente avaliado por profissional habilitado, para o desempenho da função.

3.2 – Descrição das atividades:

Nos postos de trabalho de condução de veículos oficiais, serão realizados serviços de transporte de autoridades, servidores e demais funcionários, assim como documentos e materiais diversos correlato à Administração, entre as unidades da Justiça Eleitoral subordinadas ao TRE/PB e outras localidades necessárias a serem definidas pelo usuário do serviço e autorizadas pelo Chefe da Seção de Transportes.

3.3 – Quantitativo necessário:

Dispostos no item 3.ºb” deste Termo de Referência, em postos de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

3.4 – Horário dos postos:

3.4.1 - Os empregados deverão cumprir jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Os inícios e termos da jornada de trabalho serão estabelecidos, conforme necessidades da Administração, respeitado o limite de 8 horas e 48 minutos diários (caso não haja expediente nos finais de semana). O horário de entrada e saída poderá ser alterado de acordo com as necessidades do serviço, obedecendo os limites legais previstos na CLT, podendo, ainda, ser utilizado banco de horas para a compensação da jornada de trabalho.

3.4.2 - O banco de horas será utilizado, mesmo não tendo previsão na Convenção Coletiva da categoria, em virtude do interesse público, como forma de adequar a carga horária à necessidade dos serviços, visando uma redução na execução de horas extras, as quais serão prestadas somente em casos excepcionais, após o esgotamento do banco de horas, dependendo de previsão antecipada e de comunicação oficial pelo gestor do contrato.

3.4.3. A realização de serviços em horas suplementares requer a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) apresentação de justificativa do Cartório Eleitoral interessado, indicando número de posto, horário e período;
- b) existência de disponibilidade orçamentária; e

c) autorização prévia do Ordenador de Despesa.

3.4.4. Somente será considerada hora suplementar aquela que, cumulativamente, satisfaça as seguintes exigências:

a) exceda a quantidade de horas diárias e semanais previstas para cada posto de trabalho, devidamente apurada no relatório mensal de frequência do posto de trabalho; e

b) tenha sido devidamente autorizada na forma do item anterior.

3.4.5. Ao TRE/PB caberá o custeio do valor correspondente a folha de serviço suplementares prestado pela empresa, onde o repasse será efetuado após o efetivo pagamento aos seus empregados da cota-parte que cada um fará jus.

3.4.6. Quando da apresentação da nota fiscal/fatura correspondente ao serviço suplementar de limpeza, a empresa fica obrigada a apresentar o memorial de cálculo e prova das quitações junto aos seus empregados e encargos correspondentes.

3.4.7. Quando da realização de serviços suplementares, o pagamento dos empregados da Contratada deverá ser realizado até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, independente do repasse pela Administração;

3.4.8. Os funcionários da empresa farão jus ao recebimento das horas suplementares trabalhadas, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$HT - HnC = HR,$$

Onde:

HT : hora extra trabalhada com os acréscimos legais

HnC: hora extra não compensada

HR: hora extra a receber

3.5 – Local da prestação dos serviços:

A prestação dos serviços será nos limites da Grande João Pessoa, tendo como ponto base a sede do TRE/PB, Fórum Eleitoral de João Pessoa/PB, e Fóruns Eleitorais de Bayeux, Cabedelo e Santa Rita.

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DO PREÇO MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

4.1 Será declarada vencedora do certame licitatório a empresa que ofertar o menor preço global para a realização dos serviços.

4.2 Serão desclassificadas as licitantes cujas propostas de preços sejam superiores ao preço máximo fixado pela Administração ou manifestamente inexequível.

4.1. O preço máximo global que o Tribunal se propõe a pagar pela prestação dos serviços de condução de veículos, objeto do presente termo, considerando uma vigência contratual de 70 dias, estimado em importa em R\$ 115.000,00

5. DO VALOR ESTIMADO DOS SERVIÇOS

5.1. O valor global estimado dos serviços, considerando uma vigência contratual de 2 meses e 10(dez) dias, importará em R\$ 115.000,00.

5.1.1. Na estimativa dos custos da mão de obra será utilizada, como referência, a Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre SIND DOS TRAB NAS EMPRESAS PREST DE SERV GERAIS DA PB, CNPJ n. 24.508.210/0001-53, e SIND DAS EMP DE ASSEIO E CONSERV DO EST DA PB SEAC - PB, CNPJ n. 12.720.413/0001-20, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o número **PB000517/2021, registrada no MTE em 29/12/2021.** .

6. DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS NA CONTRATAÇÃO

6.1. A composição do preço mensal do contrato deverá ser apresentada obrigatoriamente e seu cálculo deverá incluir a categoria profissional com sua respectiva jornada de trabalho e nível de remuneração decorrente de adicionais legais, assim como os insumos e demais encargos previstos no presente termo, empregando como modelo a correspondente Planilha de Custos e Formação de Preços, que segue as recomendações da IN/MPDG Nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

6.1.1. É exigida a indicação, quando da apresentação da proposta, do acordo ou convenção coletiva que rege a categoria profissional vinculada à execução do serviço e que foi utilizada na composição da Planilha de Custos e Formação de Preços da licitante.

6.1.2. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando o preenchimento do modelo de planilha de custos e formação de preços estabelecido no instrumento convocatório.

6.1.3. É exigida a indicação do sindicato, acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa que rege a categoria profissional que executará o serviço e a respectiva data base e vigência, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO.

6.2. Conforme IN/MPDG Nº 05/2017, art. 6º, a Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.3. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.1. O disposto no caput deve ser observado ainda para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos para as despesas com despedida sem justa causa ou com o quantitativo de vale-transporte.

6.3.2. Caso a proposta apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a contratada, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual.

6.4. As propostas apresentadas deverão ser analisadas e julgadas de acordo com o disposto nas normas legais vigentes, e ainda em consonância com o estabelecido no instrumento convocatório, conforme previsto nos artigos 43, 44, 45, 46 e 48 da Lei nº 8.666, de 1993, e na Lei nº 10.520, de 2002.

6.5. Serão desclassificadas as propostas que:

6.5.1. Contenham vícios insanáveis ou ilegalidades;

6.5.2. Não apresentem as especificações exigidas pelo presente termo de referência;

6.5.3. Apresentarem preços finais superiores ao valor máximo estabelecido pela Administração no instrumento convocatório;

6.5.4. Apresentarem preços que sejam manifestamente inexequíveis; e

6.5.5. Não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço apresentado.

7 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da Contratada:

- a) Prestar o serviço contratado em plena conformidade com o Termo de Referência 04/2021 - SETRAN, comprovando sua qualificação nos serviços, objeto deste Termo de Referência, por meio de Atestado de Capacidade Técnica;
- b) estabelecer, no processo de seleção dos condutores, critérios rigorosos a fim de recrutar e selecionar os profissionais que serão alocados para a prestação dos serviços, submetendo-os a exame de PERFIL PSICOLÓGICO, aplicando-lhes testes de: Personalidade (teste PMK), Nível Mental (R-1/Raven, Raven escala geral e G36), Atenção (difusa, discriminativa e concentrada), Coordenação bi manual, entrevista com psicólogo e dinâmica em grupo, bem como os conhecimentos teóricos e práticos afetos à DIREÇÃO DEFENSIVA respectivos aos níveis de motoristas exigidos;
- c) apresentar relativamente aos ocupantes dos postos de serviço, NADA CONSTA (Certidão Negativa Criminal) dos Cartórios Criminais das Justiças Federal e Estadual dos Estados em que tenham residido nos últimos três anos;
- d) apresentar à unidade responsável pela fiscalização do Contrato, em até no máximo 10 (dez) dias antes do início da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - d.1) Fichas dos empregados acondicionadas em pasta individual, contendo toda a identificação do empregado (foto, tipo sanguíneo/fator RH, endereço, telefone residencial/celular);
 - d.2) Cópias dos documentos: Carteira de Identidade, CPF, Carteira Nacional da Habilitação, bem como os documentos comprobatórios relacionados no item 3.1 do Termo de Referência nº 01/2019 – SETRAN;
- e) apresentar a comprovação de todos os quesitos exigidos na alínea “b” desta cláusula, especialmente quanto ao Perfil Psicológico, por meio de laudo técnico emitido por profissional habilitado, com a devida comprovação de inscrição no respectivo órgão de registro profissional da categoria;
- f) manter os empregados, quando em horário de trabalho, ou ainda, nas dependências do CONTRATANTE, devidamente uniformizados e identificados mediante uso permanente de crachá, com foto e nome visível, a ser fornecido pela CONTRATADA;
- g) fornecer uniformes conforme especificações constantes no ANEXO I do Termo de Referência nº 01/2019 – SETRAN;
- h) responsabilizar-se por todos os possíveis danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados ao Contratante ou a terceiros, advindos de culpa mediante imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito de seus empregados às normas de conduta e segurança, quando da execução dos serviços, cuja despesa deverá ser descontada das faturas seguintes da empresa, ou ajuizada a dívida, se for o caso, sem prejuízo das sanções legais;
- i) responsabilizar-se pelo pagamento das multas por infração do Código de Trânsito Brasileiro, no que concerne à condução de veículos e pela não observância (responsabilidade da condução, equipamentos obrigatórios etc.);
- j) responsabilizar-se pelo pagamento das franquias de seguro de veículos nos sinistros causados por seus empregados na execução dos serviços;
- k) responsabilizar-se pelos danos causados aos veículos de propriedade do Tribunal ou locados, quando conduzidos por seus empregados;

l) manter preposto responsável pela solução de assuntos relativos ao pessoal prestador de serviços nos respectivos postos de trabalho, substituindo imediatamente o empregado por motivo de falta ao serviço, afastamentos legais ou quando solicitado pelo Contratante;

m) manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma e instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do TRE/PB, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho;

n) responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência/trabalho e vice-versa (inclusive em casos de paralisação de transportes coletivos);

n.1) Caso a contratada opte pelo fornecimento de vales-transporte, a entrega deverá ocorrer nos termos da Lei nº 418/1985.

o) orientar os seus empregados nos seguintes pontos:

o.1) apresentarem-se diariamente ao local de trabalho de maneira asseada, mantendo os cabelos curtos, barba feita, higiene corporal e com uniforme limpo e completo, conforme consta no Anexo I, do Termo de Referência;

o.2) zelar pelos veículos sob sua responsabilidade, bem como de seus acessórios;

o.3) conversar com o (s) passageiro (s) somente se solicitado, ou em casos de extrema necessidade, respondendo-lhe(s) de forma objetiva e educada, principalmente em se tratando de autoridades;

o.4) nos casos de pane no veículo, o motorista deverá contatar com a Seção de Transportes informando o ocorrido e permanecer no local aguardando o socorro, mesmo que ultrapasse seu horário normal de expediente;

o.5) inteirar-se dos procedimentos a serem adotados nos eventuais acidentes de trânsito com ou sem vítima;

o.6) tratar o (s) passageiro (s) com urbanidade;

o.7) preencher de forma obrigatória e diariamente, quando de sua jornada de trabalho, os mapas de saída e chegada que compõem cada veículo oficial, como hora, saída, destino, condutor, passageiro etc a serem fornecidos pela Seção de Transportes.

p) exercer o controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados;

q) manter vínculo empregatício formal e expresso com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, fiscais e parafiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da contratada, incidentes sobre o objeto do contrato, ficando ressalvado que a inadimplência da contratada para com estes encargos, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, e ensejará a rescisão do contrato, caso a contratada, uma vez notificada para regularizar as pendências, permaneça inadimplente. Fica esclarecido de que não se estabelece, por força da prestação dos serviços objeto do contrato, qualquer relação de emprego entre a contratante e os empregados que a contratada fornecer para execução dos serviços;

r) acatar as decisões e observações feitas pelo gestor do contrato.

s) realizar, às suas expensas, na forma da legislação pertinente, os exames médicos necessários na admissão, durante a vigência do contrato de trabalho e na demissão de seus empregados;

t) fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, com início de vigência a partir da data de assinatura do presente contrato, apresentando a respectiva apólice no 1º pagamento;

u) realizar o pagamento de seus empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, independente do repasse realizado pela Administração, nos termos dos art. 459 e 465, ambos da CLT, por meio de depósito bancário em conta-corrente aberta em nome do empregado, na cidade aonde serão prestados os serviços contratados;

v) comprovar sua qualificação nos serviços, objeto deste contrato, por meio de Atestado de Capacidade Técnica;

w) quando da realização de serviço extraordinário o pagamento de seus empregados deverá ser realizado até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação do serviço, independente do repasse pela Administração;

x) tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, assumindo todas as responsabilidades daí decorrentes;

y) utilizar folhas de ponto dos empregados, por ponto eletrônico ou por meio que não seja padronizado, em consonância com a Súmula nº 338/TST;

z) apresentar, no primeiro mês da prestação dos serviços, cópia autenticada dos seguintes documentos:

z.1) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso.

z.2) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada

z.3) Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

aa) Apresentar, mensalmente, prova da regularidade fiscal para com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com as Fazendas Municipal e Federal, sendo esta, através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, caso esses documentos não estejam disponíveis no SICAF;

bb) Fornecer, quando solicitado pela Administração, original ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

bb.1) Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS);

bb.2) Certidão negativa com a Receita Estadual;

bb.3) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

bb.4) Comprovante de pagamento dos salários;

bb.5) Comprovante do pagamento referente vale-transporte;

bb.6) Comprovante do pagamento do vale alimentação;

bb.7) Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP;

bb.8) Resumo das informações à Previdência Social constante do arquivo SEFI;

bb.9) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos FPAS;

bb.10) Resumo do fechamento – empresa / FGTS;

bb.11) Protocolo de envio dos arquivos; e

bb.12) Guias do FGTS pagas.

cc) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

cc.1) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

cc.2) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

cc.3) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

cc.4) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

dd) Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados na alínea “z”, acima, deverão ser apresentados

ee) Comprovar, sob pena de rescisão contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da assinatura do presente instrumento e durante a vigência do ajuste, o atendimento das seguintes condições:

ee.1) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;

ee.2) Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105;

ff) Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços;

gg) Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pelo gestor do contrato.

hh) Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

ii) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

jj) Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.

kk) Não caucionar ou utilizar o contrato firmado com a TRE/PB para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência, sob pena de rescisão contratual. ll) não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste contrato, sem a prévia autorização do TRE-PB;

mm) manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação em compatibilidade com as obrigações assumidas, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal;

nn) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

oo) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

pp) cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

qq) responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou material de consumo das unidades da contratada, quando for apurada sua responsabilidade em processo administrativo, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

rr) comprometer-se a indenizar qualquer dano ou prejuízo causado nas unidades da Justiça Eleitoral descritas no Termo de Referência, ainda que involuntariamente, pelos funcionários alocados ou pela omissão dos mesmos no desempenho de suas tarefas;

ss) seguir as determinações da convenção coletiva do Sindicato da respectiva categoria, relativamente a todos os empregados, observando o pagamento dos adicionais e/ou vantagens peculiares a cada profissional;

tt) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem a prévia anuência do CONTRATANTE.

8 . DAS CONDIÇÕES PARTICULARES

8.1 - O CONTRATANTE não se responsabilizará por quaisquer serviços que venham a ser executados pela CONTRATADA sem a devida previsão contratual ou tenha sido realizado fora da sua vigência;

8.2 - O serviço contratado será recebido mês a mês pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante atesto da respectiva fatura.

8.3 - É assegurada ao CONTRATANTE a faculdade de exigir, a qualquer tempo, da CONTRATADA documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato;

8.4 - A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a realizar o pagamento de salários diretamente aos empregados terceirizados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela empresa

. 8.4.1 - Quando os pagamentos descritos neste item não forem possíveis de serem realizados pelo Tribunal, seja por falta da documentação pertinente ou outras razões, os valores contratuais retidos cautelarmente deverão ser depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS

8.5 - A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE, desde já, de forma irrevogável e irretratável, a compensar dos créditos futuros que venha a ter em face da prestação dos serviços objeto do presente contrato os danos ou prejuízos causados ao TRE/PB não cobertos pela garantia contratual, nos termos do art. 368 e seguintes do Código Civil, apurado em procedimento administrativo com o devido processo legal.

8.6 - Havendo divergência entre o contrato e o termo de referência, prevalecerá o constante neste último.

9 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 - Os serviços contratados serão prestados dentro dos limites da Grande João Pessoa, tendo como ponto base, a sede do TRE/PB, o Fórum Eleitoral de João Pessoa/PB, e os Fóruns Eleitorais de Bayeux, Cabedelo e Santa Rita e deverão observar a descrição das atividades e requisitos básicos para contratação dos profissionais estabelecidos no Termo de Referência nº 01/2019 - SETRAN;

9.2 - A prestação dos serviços será realizada por postos de trabalho, mediante a utilização de profissionais especializados e treinados, mantidos à disposição do Contratante durante os horários por este fixado;

9.3 - Os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do Contratante, que observará os requisitos básicos de qualidade, boa apresentação e os padrões adotados pelo Tribunal;

9.4 - Em caso de ausência e não substituição de empregado da empresa Contratada, em qualquer posto de trabalho, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de dias não atendidos, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais;

9.5 - A CONTRATADA deverá controlar a frequência de seus profissionais nas dependências do CONTRATANTE, estabelecendo, de comum acordo com este, os instrumentos ou modalidades de controle;

9.6 - Excepcionalmente, os empregados deverão estar disponíveis para prestar serviços extraordinários (inclusive o adicional noturno do período) em dias úteis, finais de semana e feriados, em horários preestabelecidos, obedecendo aos procedimentos adotados por este Tribunal e aos limites legais previstos na CLT (o cumprimento de jornada extraordinária deverá ser autorizada pelo Secretário de Administração deste Tribunal).

9.7 - As horas excedentes dos postos de trabalho previstas neste instrumento e no Termo de Referência, que porventura se fizerem necessárias, serão remuneradas e calculadas com os acréscimos previstos em Lei, devendo respeitar para todos os fins a Convenção Coletiva de Trabalho em vigor, devidamente registrada na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia – DRT/PB;

9.8 - Os empregados não deverão permanecer no prédio, por qualquer hipótese, fora do horário do seu expediente, sem que isso tenha sido solicitado ou autorizado pelo gestor do contrato, cabendo à empresa a responsabilidade legal por todos os seus atos praticados em descumprimento a este item.

10 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 - A gestão e a fiscalização dos serviços serão realizadas de acordo com o estabelecido na Portaria nº 18/2018- PTRE/DG, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

10.2 - Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao Tribunal é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços ajustados, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

a) ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou de cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

b) examinar as Carteiras Profissionais dos empregados terceirizados para comprovar o registro da sua função profissional.

c) executar mensalmente a avaliação dos serviços, descontando-se do valor devido o percentual estabelecido no Instrumento de Medição de Resultado - IMR.

10.3. Os serviços contratados serão avaliados pelo **fiscal do contrato** por meio dos seguintes instrumentos:

a) Relatórios de Ocorrências mensais;

b) Inspeção direta, feita a qualquer tempo;

c) Instrumento de Medição de Resultado - IMR.

10.4. Caberá ao Gestor do contrato, subsidiado pelo Fiscal:

a) cumprir e fazer cumprir o que disciplina a Portaria DG nº 18/2018/PTRE/DG;

b) anotar de forma clara, transparente e organizada, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;

- c) comunicar à Secretaria de Administração e Orçamento do Tribunal, de imediato, todo e qualquer descumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
- d) observar as normas previstas no Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, instituído pela Resolução nº 21/2014 – TRE/PB.

10.5. Caberá ao Fiscal do Contrato:

- a) cumprir e fazer cumprir o que disciplina a Portaria DG nº 18/2018/PTRE/DG ;
- b) acompanhar, "in loco", a execução do contrato, registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento visando à aplicação de sanção contratual;
- c) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar o desfazimento, o ajuste ou a correção;
- d) comunicar à CONTRATADA, mediante correspondência com comprovante de recebimento a ser juntado aos autos, eventuais irregularidades na execução contratual, estabelecendo prazo para solução;
- e) observar as normas previstas no Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, instituído pela Resolução nº 21/2014 – TRE/PB.

10.6) Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, apresentando a respectiva apólice no 1º pagamento, com início de vigência a partir da de assinatura do contrato;

10.7) Realizar o pagamento de seus empregados até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente, independente do repasse realizado pela Administração, nos termos dos art. 459 e 465, ambos da CLT, por meio de depósito bancário em conta-corrente aberta em nome do empregado, na cidade aonde serão prestados os serviços contratados;

10.8) Seguir as determinações da convenção coletiva do sindicato da respectiva categoria, relativamente a todos os empregados, observando o pagamento dos adicionais e/ou vantagens peculiares a cada profissional;

11 – DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1) - A prestação dos serviços será realizada por postos de trabalho, mediante a utilização de profissionais especializados e treinados, mantidos à disposição do Contratante durante os horários por este fixado;

11.2) - Os uniformes estarão sujeitos à **prévia aprovação** do Contratante, que observará os requisitos básicos de qualidade, boa apresentação e os padrões adotados pelo Tribunal;

11.3) - Em caso de ausência e não substituição de empregado da empresa Contratada em qualquer posto de trabalho será descontado do faturamento mensal, o valor correspondente ao número de dias não atendidos, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais;

11.4) - As horas excedentes dos postos de trabalho previstas neste Termo de Referência, que porventura se fizerem necessárias, serão remuneradas e calculadas com os acréscimos previstos em Lei, devendo respeitar para todos os fins a Convenção Coletiva de Trabalho em vigor devidamente registrada no Ministério do Trabalho – DRT/PB;

11.5) - A Contratada deverá controlar a frequência de seus profissionais nas dependências da Contratante, estabelecendo, de comum acordo com este, os instrumentos ou modalidades de controle;

11.6) Excepcionalmente, os empregados deverão estar disponíveis para prestar serviços extraordinários (inclusive o adicional noturno do período) em dias úteis, finais de semana e feriados, em horários preestabelecidos, obedecendo aos procedimentos adotados por este Tribunal e aos limites legais previstos na

CLT (o cumprimento de jornada extraordinária deverá ser autorizada pelo Secretário de Administração deste Tribunal).

11.7) Os empregados não deverão permanecer no prédio, por qualquer hipótese, fora do horário do seu expediente, sem que isso tenha sido solicitado ou autorizado pelo gestor do contrato, cabendo à empresa a responsabilidade legal por todos os seus atos praticados em descumprimento a este item.

12 - DA CONTA VINCULADA PARA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

12.1 - A CONTRATADA autorizará o CONTRATANTE a abrir uma conta depósito vinculada específica, para o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias (férias, 1/3 constitucional, 13º salário, rescisão etc.) dos empregados disponibilizados para prestar serviços ao Tribunal em decorrência deste contrato, de acordo com o art. 18, § 1º, da IN/MPDG nº 05/2017, e Resolução 169/2013 – CNJ, alterada pela Resolução 183/2013 - CNJ.

12.2 - A conta depósito vinculada será aberta em nome da empresa, pelo CONTRATANTE, em instituição bancária oficial e bloqueada para movimentação.

12.3 - A solicitação de abertura da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – será providenciada pela SECONT - Seção de Contratos deste Tribunal.

12.4 - A autorização para resgatar ou movimentar recursos da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – será do Ordenador de Despesa, após a confirmação da necessidade de liberação dos valores pelo Gestor do contrato.

12.5 - O valor mensal a ser depositado na conta vinculada será igual à soma dos encargos trabalhistas abaixo descritos, previstos na planilha de composição de custos e formação de preços do contrato, compreendendo:

12.5.1 13º salário;

12.5.2 Férias e 1/3 constitucional;

12.5.3 Multa sobre FGTS e CS sobre o Aviso Prévio Indenizado e sobre o Aviso Prévio Trabalhado

12.5.4 Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 constitucional de férias e 13º salário.

13 . - DA LIBERAÇÃO / UTILIZAÇÃO DO SALDO DA CONTA VINCULADA

13.1. A CONTRATADA poderá solicitar autorização do Tribunal para:

a) resgatar da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – os valores despendidos com o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias descritas no item 12.5., desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa para a prestação dos serviços contratados;

b) movimentar os recursos da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação – diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias descritas no item 12.5.

13.2 - A conta depósito vinculada somente será liberada para o pagamento direto das verbas aos trabalhadores, nas condições abaixo, conforme Anexo XII da IN/MPDG nº 05/2017:

a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

b) parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias dos empregados vinculados ao contrato;

c) parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao Contrato; e

d) se realizados os pagamentos explicitados nos itens anteriores, e ainda assim houver saldo, o Tribunal somente autorizará a movimentação da referida da conta pela contratada após cinco anos da data de encerramento da vigência do contrato administrativo.

13.3. Para resgatar os recursos da conta depósito vinculada, conforme previsto na alínea “a” do item 11.1, a CONTRATADA, **após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias**, deverá apresentar ao Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item 10.5.

13.4. O CONTRATANTE expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, a autorização para o resgate de que trata a alínea “a” do item 13.1, encaminhando a referida autorização ao banco público, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela CONTRATADA.

13.5 - Ocorrendo a movimentação prevista na alínea “b” do item 13.1, o Gestor do contrato solicitará ao banco público oficial que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta-corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósito.

13.6 - Quando os valores a serem liberados da conta depósito vinculada se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a empresa contratada e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de um ano de serviço, o Tribunal deverá requerer, por meio da CONTRATADA, a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado ou da autoridade do Ministério do Trabalho para verificar se os termos da rescisão do contrato de trabalho estão corretos, desde que haja previsão normativa sobre a homologação da referida rescisão;

13.7 - Quanto ao saldo existente na conta vinculada, a sua liberação, após a comprovação, por parte da empresa da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, o Tribunal somente autorizará a movimentação da referida da conta pela contratada após cinco anos da data de encerramento da vigência do contrato administrativo.

14. – DA REPACTUAÇÃO

14.1 - O preço contratado poderá ser repactuado, mediante solicitação da CONTRATADA, respeitada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento ao qual a proposta se referir, de acordo com o art. 3º da Lei nº 10.192/01, art. 55 da IN/MPDG nº 05/2017 e o art. 12 do Decreto nº 9.507/2018.

14.2 - Será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

14.3 - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação;

14.4 - A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com a planilha apresentada pela contratada mediante comprovação de todos os fatos alegados;

14.5 - A contratada poderá, a partir da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo presente contrato até a data da prorrogação contratual subsequente, exercer perante o CONTRATANTE o seu direito à repactuação contratual, sendo que se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar.

15 - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

15.1 - O valor pactuado no Contrato poderá ser revisto, mediante solicitação da Contratada, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação objeto deste contrato, por meio de revisão, na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, observado o seguinte:

15.1.1- As eventuais solicitações de revisão deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato;

15.1.2 - a demonstração analítica será apresentada em conformidade com a planilha de custos e formação de preços.

16 - DAS PENALIDADES E DO DESCONTO DO VALOR DA MULTA

16.1 - O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019. A Administração poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, no que couber.

16.2 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação do CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

16.3 - Fica estabelecido como falta grave, caracterizado como falha em sua execução, a não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa compensatória estabelecida no item 1.4 e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019.

16.4 - Com fundamento no art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa compensatória de até 30% (trinta por cento), no caso de inexecução total, sobre o valor total da contratação, ou de até 15% (quinze por cento), no caso de inexecução parcial, sobre o valor do saldo da contratação, respectivamente, a Contratada que:

16.4.1 - não assinar a ata de registro de preços e/ou o contrato;

16.4.2 - não entregar a documentação exigida no edital;

16.4.3 - apresentar documentação falsa;

16.4.4 - causar o atraso na execução do objeto;

16.4.5 - não mantiver a proposta;

16.4.6 - falhar na execução do contrato;

16.4.7 - fraudar a execução do contrato;

16.4.8 - comportar-se de modo inidôneo;

16.4.9 - declarar informações falsas; e

16.4.10 - cometer fraude fiscal.

16.5. Para os fins do item 16.4.8, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

16.6 - A Contratada ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, com fundamento no art. 86 da Lei nº 8.666/93, à seguinte penalidade:

16.6.1 – **multa moratória** de:

16.6.1.1 – 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução do serviço, limitada a incidência de 10 (dez) dias;

16.6.1.2 – Sendo o atraso superior a 10 (dez) dias, configurar-se-á inexecução total da obrigação, a ensejar a aplicação da **multa compensatória**, prevista no item 16.4, sem prejuízo da aplicação da **multa moratória** limitada a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), oriunda do atraso referido no subitem anterior, bem como da rescisão unilateral da avença.

16.7 - As multas moratória e compensatória poderão ser cumuladas com as sanções previstas no item 16.1.

16.8 - Apenas a aplicação das penalidades de advertência e multa moratória, **não** necessitam ser publicadas no DOU, devendo a intimação da apenada dar-se por meio de notificação;

16.9 - As sanções estabelecidas nesta cláusula são da competência exclusiva da autoridade designada nos normativos internos deste Tribunal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da efetiva notificação.

16.10 - A autoridade competente, na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, deverá levar em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Contratante, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.

16.11 - O valor da multa moratória ou compensatória, nos termos do artigo 86, § 3º da LLC, poderá ser descontado da garantia contratual, dos créditos da Contratada ou cobrado judicialmente, nesta ordem.

16.12 - O recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto ser efetuado conforme item anterior, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

16.13 - As penalidades estabelecidas nesta cláusula deverão ser registradas no SICAF.

16.14 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços e/ou o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação do CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

16.15 - As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade de o CONTRATANTE cobrar da CONTRATADA indenização por eventuais perdas e danos.

17. DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1 - Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas a Contratada prestará, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da assinatura do contrato, garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço total do Contrato, por meio de qualquer uma das modalidades descritas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

17.2 - A garantia prestada pela CONTRATADA, em qualquer modalidade, deverá assegurar o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

b) prejuízos diretos causados à Administração decorrente de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada, bem como obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

17.3 - Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem, **expressamente**, os eventos indicados nos itens **a** e **c** do item anterior, **observada a legislação de regência**.

17.4 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante.

17.5 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

17.6 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

17.7 - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

17.8 - Será considerada extinta a garantia:

a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, emitido pelo Gestor/Comissão de gestão do Contrato, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso o CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

17.9 - A contratada obriga-se a apresentar nova garantia, conforme o caso, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, antes do seu vencimento, ou da redução do seu valor em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou da assinatura do termo aditivo que implique na elevação do valor do contrato e na prorrogação, mantendo-se o percentual estabelecido no item 15.1.

17.10 - A garantia de que trata este item somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

17.11 - Caso a comprovação do pagamento das verbas rescisórias trabalhistas ou da realocação dos empregados não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas.

18 - DA RESCISÃO

18.1 - O contrato poderá ser rescindido nos casos e condições previstos na seção V, do capítulo III, da Lei 8.666/93.

ANEXO I UNIFORMES

1. MOTORISTAS CONTRATADOS QUE PRESTARÃO SERVIÇOS NA SEDE Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – Av. Princesa Isabel, 201 – Centro de João Pessoa/PB, Fórum Eleitoral de João Pessoa, Fórum Eleitoral de Bayeux, Fórum Eleitoral de Santa Rita e Fórum Eleitoral de Cabedelo: 22.08 a 03.10.2022 e caso haja 2º turno, no período de 04 a 31.10.2022.

Quantidades a serem fornecidas (no início do contrato)	Especificação
04	CAMISA – tipo polo malha piquet, na cor branca ou azul-marinho, bordada com logomarca da empresa
01	Crachá com foto em poliuretano
02	Calças em tecido na cor preta;

MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS
CHEFE DA SEÇÃO DE COMPRAS



Documento assinado eletronicamente por MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS em 14/06/2022, às 14:17, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MÚCIO MARQUES DA SILVA
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente por MÚCIO MARQUES DA SILVA em 14/06/2022, às 14:23, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

CLÓVIS DE OLIVEIRA FILHO
CHEFE DA SEÇÃO DE TRANSPORTE



Documento assinado eletronicamente por CLÓVIS DE OLIVEIRA FILHO em 14/06/2022, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1284727** e o código CRC **379885A6**.

BASE DE APOIO

ENCARGOS	SOCIAIS E TRABALHISTAS								
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários									
	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias				Lucro Presumido	Lucro Real	Simples Nacional		
A	13º (décimo terceiro salário)				8,33%	8,33%	8,33%		
B	Férias e Adicional de Férias				11,11%	11,11%	11,11%		
C	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Férias				7,15%	7,15%	6,03%		
	Total				26,59%	26,59%	25,47%		
	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS) e FGTS				Lucro Presumido	Lucro Real	Simples Nacional		
A	INSS (art 22, inc I Lei 8.212/91)				20,00%	20,00%	20,00%		
B	SESI OU SESC (art 30 Lei 8.036/90)				1,50%	1,50%			
C	SENAI OU SENAC (art 30 Dec Lei 2.318/86)				1,00%	1,00%			
D	INCRA (art 1 e 2 Decr Lei 1146/70)				0,20%	0,20%			
E	Salário educação (art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decr 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF)				2,50%	2,50%			
F	FGTS (art 15 Lei nº 8.030/90)				8,00%	8,00%	8,00%		
G	RAT (Art. 22, inc. II, Lei 8212/91 e art 10 L 10.666/03)	3,00%		FAP	1,00	3,00%	3,00%	3,00%	
H	SEBRAE (lei 8029/90)				0,60%	0,60%			
	Total				36,80%	36,80%	31,00%		

Módulo 3 - Provisão para Rescisão									
3	Provisão para rescisão			Lucro Presumido	Lucro Real	Simples Nacional			
A	Aviso prévio indenizado	Nº de dias	0	0,00%	0,00%	0,00%			
		Percentual de ocorrência anual	0,00%						
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado			0,00%	0,00%	0,00%			
C	Incidência da Multa s/ FGTS incidente no API			0,00%	0,00%	0,00%			
D	Aviso prévio trabalhado		Nº de dias						
	Percentual de ocorrência anual		0,00%						
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre item D			0,00%	0,00%	0,00%			
F	Multa sobre FGTS incidente na dem. s/ justa causa								
	Total			0,00%	0,00%	0,00%			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente									
4.5	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			Lucro Presumido	Lucro Real	Simples Nacional			
A	Substituto na cobertura de Férias			0,00%	0,00%	0,00%			
B	Substituto na cobertura das ausência por doença		0,015	1,39%	1,39%	1,39%			
	Dias de ocorrência por ano		5						
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade		5	0,02%	0,02%	0,02%			
	Percentual de ocorrência anual		1,50%						
D	Substituto na cobertura das ausências legais			0,82%	0,82%	0,82%			
	Dias de ocorrência por ano		2,96						

E	Substituto na cobertura nas ausência por acidente de trabalho				0,03%	0,03%	0,03%		
	Percentual de ocorrência anual	0,78%	dias afastamento	15					
F	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade				0,07%	0,07%	0,07%		
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente				0,86%	0,86%	0,72%		
	TRIBUTOS DEVIDOS -9.RESUMO CT				Lucro Presumido	Lucro Real	Simples Nacional		
	COFINS				3,00%	7,60%	3,24%		
	PIS				0,65%	1,65%	1,46%		
	ISS				5,00%	5,00%	5,00%		
	TOTAL				8,65%	14,25%	9,70%		

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO		
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA		
PROCESSO SEI Nº 0009224-60.2021.6.15.8000		Dia ____/____/____ às ____:____ horas
OBJETO DA LICITAÇÃO:	SERVIÇOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS A SEREM EXECUTADOS EM UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL EM JOÃO PESSOA	
Data apresentação Proposta:	____/____/____	
Prazo do contrato:	12 MESES	
Regime Tributário da Empresa:	Lucro Presumido	
Se optante pelo simples nacional, preencher, faturamento acumulado dos últimos 12 meses anteriores a proposta:		

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Quantidade de trabalhadores por posto	Quantidade total a contratar
POSTO DE MOTORISTA COM JORNADA DE 44 HORAS SEMANAIS	1	1

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS - DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO		
1	Especificação do tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas relativas ao posto)	Posto 44hs Semanais
2	Categoria profissional (vinculada a execução do contrato)	Motorista
3	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da categoria profissional	7823-05
4	Número de Meses da execução contratual	12
5	Sindicato representativo da categoria profissional e nº de registro no MTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DA PARAIBA – PB000517/2021
6	Data base da categoria (DIA/MÊS/ANO)	01.01
8	Valor do Piso normativo da Categoria	R\$ 2.194,00

Módulo 1: Composição da remuneração				
1	Composição da remuneração			Valor (R\$) total
A	Salário base mensal	N/A		R\$ 2.194,00
B	Periculosidade (30%)	Não		R\$ -
C	Insalubridade (10%, 20%, 40%)	Não	20%	R\$ -
D	Gratificação de Função	Não		R\$ -
D	Adicional Noturno -Caso seja SIM , inserir % adicional	Não	20%	R\$ -

D.1	Número de Horas Noturnas laboradas por dia por colaborador	Não	0,00	N/A	
D.2	Número de Dias laborados à noite no mês	Não	15,22	N/A	
E	Redução da hora Noturna	Não	N/A	R\$ -	R\$ -
E.1	Quantidade de Horas Not Reduzidas por mês	Não	0,00	N/A	
E.2	Valor Hora Not Reduzida conforme CCT/ACT	Não		N/A	
G	Intervalo Intrajornada indenizado -Inserir % adicional	Não		R\$ -	R\$ -
G.1	Quantidade de Horas Extras intrajornada mensal	Não	0	N/A	
H	Descanso Semanal Remunerado s/ Adic Not e H Not Reduz	VERIFICAR DETERMINAÇÃO EM CCT			R\$ -
I	Descanso Semanal Remunerado s/ Horas Extras	N/A			
J	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
k	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
Total da Remuneração				R\$ 2.194,00	R\$ 2.194,00

BASE DE CÁLCULO DO SUBMÓDULO 2.1 , 2.2, MOD 3 E 4	R\$ 2.194,00	R\$ 2.194,00
---	--------------	--------------

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	13º (décimo terceiro salário)	8,33%	R\$ 182,76	R\$ 182,76
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 243,75	R\$ 243,75
C	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Férias	7,15%	R\$ 156,96	R\$ 156,96
Total		26,59%	R\$ 583,47	R\$ 583,47

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	INSS (art 22, inc I Lei 8.212/91)	20,00%	R\$ 438,80	R\$ 438,80
B	SESI OU SESC (art 30 Lei 8.036/90)	1,50%	R\$ 32,91	R\$ 32,91
C	SENAI OU SENAC (art 30 Dec Lei 2.318/86)	1,00%	R\$ 21,94	R\$ 21,94
D	INCRA (art 1 e 2 Decr Lei 1146/70)	0,20%	R\$ 4,39	R\$ 4,39
E	Salário educação (art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decr 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF)	2,50%	R\$ 54,85	R\$ 54,85
F	FGTS (art 15 Lei nº 8.030/90)	8,00%	R\$ 175,52	R\$ 175,52
G	RAT (Art. 22, inc. II, Lei 8212/91 e art 10 L 10.666/03) X FAP	3,00%	R\$ 65,82	R\$ 65,82
H	SEBRAE (lei 8029/90)	0,60%	R\$ 13,16	R\$ 13,16
Total		36,80%	R\$ 807,39	R\$ 807,39

	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.		Valor (R\$) por posto		Valor (R\$) total
A	Transporte	Sim	R\$ 61,96	R\$ 61,96	
A.1	Quantidade de postos de trabalho que receberão VT	1	N/A		
A.2	Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços	R\$ 4,40	N/A		
A.3	Quantidade de passagens por dia por empregado	2	N/A		
A.4	Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	22	N/A		
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Não	R\$ -	R\$ -	
B.1	Valor do Auxílio-Alimentação		N/A		
B.2	Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação		N/A		
B.3	Participação do empregado no custo		N/A		
C	Plano de Assistência e Cuidado Pessoal	Sim	R\$ 40,00	R\$ 40,00	
C.1	Valor previsto em CCT/ACT	R\$ 40,00	N/A		
C.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A		
D	Plano odontológico	Sim	R\$ 20,00	R\$ 20,00	
D.1	Valor previsto em CCT/ACT	R\$ 20,00	N/A		
D.2	Participação do empregado no custo em % (Se houver)		N/A		
E	Seguro de vida em grupo	Sim	R\$ 5,00	R\$ 5,00	
F	Auxílio-Funeral	Sim	R\$ 5,00	R\$ 5,00	
G	Cesta Básica	Sim	R\$ 368,00	R\$ 368,00	
G.1	Valor previsto em CCT/ACT	R\$ 460,00	N/A		
G.2	Participação do empregado no custo (Se houver)	20%	N/A		
H	Auxílio Creche (Inserido em despesas indiretas)	N/A		R\$ -	
I	Outros (identificar)	N/A		R\$ -	
Total			R\$ 499,96	R\$ 499,96	

2	Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 583,47	R\$ 583,47
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 807,39	R\$ 807,39
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 499,96	R\$ 499,96
Total		R\$ 1.890,82	R\$ 1.890,82

Módulo 3 - Provisão para Rescisão								
3	Provisão para rescisão				Percentual(%)	Valor (R\$) por posto		Valor (R\$) total

A	Aviso prévio indenizado	0,00%	R\$ -	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado	0,00%	R\$ -	R\$ -
C	Incidência da Multa s/ FGTS incidente no API	0,00%	R\$ -	R\$ -
D	Aviso prévio trabalhado	0,00%	R\$ -	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre item D	0,00%	R\$ -	R\$ -
F	Multa sobre FGTS incidente s/ dem. s/ justa causa	0,00%	R\$ -	R\$ -
Total		0,00%	R\$ -	R\$ -

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
	Base de cálculo para o custo do profissional ausente (substituto): BCCPA = (Rem + 13º Ssal + Férias + 1/3)x Item Reposição . Conforme item 89 do Relatório do Acórdão TCU nº 1.753/2008 do Plenário e ourientações SEGES/MP		R\$	2.620,51
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ -	R\$ -
B	Substituto na cobertura das ausência por doença	1,39%	R\$ 36,40	R\$ 36,40
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,55	R\$ 0,55
D	Substituto na cobertura das ausências legais	0,82%	R\$ 21,55	R\$ 21,55
E	Substituto na cobertura nas ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,85	R\$ 0,85
F	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 1,54	R\$ 1,54
Subtotal			R\$ 60,89	R\$ 60,89
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente.	0,86%	R\$ 22,41	R\$ 22,41
I	Inclusão benefícios Mensais e Diários (menos VT+VA) conforme orientação SEGES/MP	Nº de dias afastamento 38,96	R\$ 45,24	R\$ 45,24
J	Inclusão custo M3 (Provisão para Rescisão) para substitutos		R\$ -	R\$ -
Total			R\$ 128,54	R\$ 128,54

Módulo 5 - Insumos Diversos							
5	Insumos Diversos -Conforme detalhamento abaixo					Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Uniformes e EPIs					R\$ 119,09	R\$ 119,09
B	Equipamentos e Insumos					R\$ -	R\$ -
C							
D							
Total						R\$ 119,09	R\$ 119,09

DETALHAMENTO ITEM A MOD 5- UNIFORMES E EPI

#	Especificação por Item	Custo unitário médio	Vida útil em meses	Quantidade de itens por período	Custo mensal por posto	Custo mensal Total
1	Calça em tecido oxford, na cor preta	R\$ 60,66	2,33	2	R\$ 52,07	R\$ 52,07
2	Crachá em poliuretano	R\$ 4,85	2,33	1	R\$ 2,08	R\$ 2,08
3	Camisa – tipo polo malha piquet, na cor branca ou azul-marinho, bordada com logomarca da empresa	R\$ 37,83	2,33	4	R\$ 64,94	R\$ 64,94
4					R\$ -	R\$ -
5					R\$ -	R\$ -
6					R\$ -	R\$ -
7					R\$ -	R\$ -
8					R\$ -	R\$ -
9					R\$ -	R\$ -
10					R\$ -	R\$ -
11					R\$ -	R\$ -
Custo total mensal					R\$ 119,09	R\$ 119,09

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) – Custos diretos		Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 2.194,00	R\$ 2.194,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.890,82	R\$ 1.890,82
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 128,54	R\$ 128,54
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 119,09	R\$ 119,09
Custo Direto: Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 4.332,45	R\$ 4.332,45

Módulo 6 : Custos Indiretos, Tributos e Lucro						
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Percentual (%)	Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Custos indiretos / Despesas Administrativas e Operacionais			6,00%	R\$ 259,95	R\$ 259,95
B	Margem de Remuneração			8,00%	R\$ 367,39	R\$ 367,39
C	Tributos			8,65%	R\$ 469,65	R\$ 469,65
	c.1 - Tributos Federais	PIS:	0,65%			
		COFINS:	3,00%			
	c.2 - Tributos Estaduais					
	c.3 - Tributos Municipais		ISSQN: 5,00%			

Total	R\$ 1.096,99	R\$ 1.096,99
--------------	---------------------	---------------------

QUADRO-RESUMO DO CUSTO				
Mão de obra vinculada à execução contratual			Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração		R\$ 2.194,00	R\$ 2.194,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 1.890,82	R\$ 1.890,82
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ -	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 128,54	R\$ 128,54
	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 119,09	R\$ 119,09
E	Módulo 6- Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 1.096,99	R\$ 1.096,99
TOTAL			R\$ 5.429,44	R\$ 5.429,44
	Custo do empregado por dia [Valor total do empregado / ° dias trabalhados no mês]	30	R\$ 180,98	
	Custo do empregado por Hora [Custo do empregado por dia /Nº horas laboradas por dia]	8	R\$ 22,62	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO		
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA		
PROCESSO SEI Nº 0009224-60.2021.6.15.8000		Dia ____/____/____ às ____:____ horas
OBJETO DA LICITAÇÃO:	SERVIÇOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS A SEREM EXECUTADOS EM UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL EM SANA RITA	
Data apresentação Proposta:	____/____/____	
Prazo do contrato:	12 MESES	
Regime Tributário da Empresa:	Lucro Presumido	
Se optante pelo simples nacional, preencher, faturamento acumulado dos últimos 12 meses anteriores a proposta:		

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Quantidade de trabalhadores por posto	Quantidade total a contratar
POSTO DE MOTORISTA COM JORNADA DE 44 HORAS SEMANAIS	1	1

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS - DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO		
1	Especificação do tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas relativas ao posto)	Posto 44hs Semanais
2	Categoria profissional (vinculada a execução do contrato)	Motorista
3	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da categoria profissional	7823-05
4	Número de Meses da execução contratual	12
5	Sindicato representativo da categoria profissional e nº de registro no MTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DA PARAIBA – PB000517/2021
6	Data base da categoria (DIA/MÊS/ANO)	01.01
8	Valor do Piso normativo da Categoria	R\$ 2.194,00

Módulo 1: Composição da remuneração				
1	Composição da remuneração			Valor (R\$) total
A	Salário base mensal	N/A		R\$ 2.194,00
B	Periculosidade (30%)	Não		R\$ -
C	Insalubridade (10%, 20%, 40%)	Não	20%	R\$ -
D	Gratificação de Função	Não		R\$ -
D	Adicional Noturno -Caso seja SIM , inserir % adicional	Não	20%	R\$ -

D.1	Número de Horas Noturnas laboradas por dia por colaborador	Não	0,00	N/A	
D.2	Número de Dias laborados à noite no mês	Não	15,22	N/A	
E	Redução da hora Noturna	Não	N/A	R\$ -	R\$ -
E.1	Quantidade de Horas Not Reduzidas por mês	Não	0,00	N/A	
E.2	Valor Hora Not Reduzida conforme CCT/ACT	Não		N/A	
G	Intervalo Intrajornada indenizado -Inserir % adicional	Não		R\$ -	R\$ -
G.1	Quantidade de Horas Extras intrajornada mensal	Não	0	N/A	
H	Descanso Semanal Remunerado s/ Adic Not e H Not Reduz	VERIFICAR DETERMINAÇÃO EM CCT			R\$ -
I	Descanso Semanal Remunerado s/ Horas Extras	N/A			
J	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
k	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
Total da Remuneração				R\$ 2.194,00	R\$ 2.194,00

BASE DE CÁLCULO DO SUBMÓDULO 2.1 , 2.2, MOD 3 E 4	R\$ 2.194,00	R\$ 2.194,00
---	--------------	--------------

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	13º (décimo terceiro salário)	8,33%	R\$ 182,76	R\$ 182,76
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 243,75	R\$ 243,75
C	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Férias	7,15%	R\$ 156,96	R\$ 156,96
Total		26,59%	R\$ 583,47	R\$ 583,47

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	INSS (art 22, inc I Lei 8.212/91)	20,00%	R\$ 438,80	R\$ 438,80
B	SESI OU SESC (art 30 Lei 8.036/90)	1,50%	R\$ 32,91	R\$ 32,91
C	SENAI OU SENAC (art 30 Dec Lei 2.318/86)	1,00%	R\$ 21,94	R\$ 21,94
D	INCRA (art 1 e 2 Decr Lei 1146/70)	0,20%	R\$ 4,39	R\$ 4,39
E	Salário educação (art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decr 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF)	2,50%	R\$ 54,85	R\$ 54,85
F	FGTS (art 15 Lei nº 8.030/90)	8,00%	R\$ 175,52	R\$ 175,52
G	RAT (Art. 22, inc. II, Lei 8212/91 e art 10 L 10.666/03) X FAP	3,00%	R\$ 65,82	R\$ 65,82
H	SEBRAE (lei 8029/90)	0,60%	R\$ 13,16	R\$ 13,16
Total		36,80%	R\$ 807,39	R\$ 807,39

	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.		Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Transporte	Sim	R\$ 70,76	R\$ 70,76
A.1	Quantidade de postos de trabalho que receberão VT	1	N/A	
A.2	Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços	R\$ 4,60	N/A	
A.3	Quantidade de passagens por dia por empregado	2	N/A	
A.4	Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	22	N/A	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Não	R\$ -	R\$ -
B.1	Valor do Auxílio-Alimentação		N/A	
B.2	Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação		N/A	
B.3	Participação do empregado no custo		N/A	
C	Plano de Assistência e Cuidado Pessoal	Sim	R\$ 40,00	R\$ 40,00
C.1	Valor previsto em CCT/ACT	R\$ 40,00	N/A	
C.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
D	Plano odontológico	Sim	R\$ 20,00	R\$ 20,00
D.1	Valor previsto em CCT/ACT	R\$ 20,00	N/A	
D.2	Participação do empregado no custo em % (Se houver)		N/A	
E	Seguro de vida em grupo	Sim	R\$ 5,00	R\$ 5,00
F	Auxílio-Funeral	Sim	R\$ 5,00	R\$ 5,00
G	Cesta Básica	Sim	R\$ 368,00	R\$ 368,00
G.1	Valor previsto em CCT/ACT	R\$ 460,00	N/A	
G.2	Participação do empregado no custo (Se houver)	20%	N/A	
H	Auxílio Creche (Inserido em despesas indiretas)	N/A		R\$ -
I	Outros (identificar)	N/A		R\$ -
Total			R\$ 508,76	R\$ 508,76

2	Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 583,47	R\$ 583,47
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 807,39	R\$ 807,39
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 508,76	R\$ 508,76
Total		R\$ 1.899,62	R\$ 1.899,62

Módulo 3 - Provisão para Rescisão					
3	Provisão para rescisão		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total

A	Aviso prévio indenizado	0,00%	R\$ -	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado	0,00%	R\$ -	R\$ -
C	Incidência da Multa s/ FGTS incidente no API	0,00%	R\$ -	R\$ -
D	Aviso prévio trabalhado	0,00%	R\$ -	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre item D	0,00%	R\$ -	R\$ -
F	Multa sobre FGTS incidente s/ dem. s/ justa causa	0,00%	R\$ -	R\$ -
Total		0,00%	R\$ -	R\$ -

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
	Base de cálculo para o custo do profissional ausente (substituto): BCCPA = (Rem + 13º Ssal + Férias + 1/3)x Item Reposição . Conforme item 89 do Relatório do Acórdão TCU nº 1.753/2008 do Plenário e ourientações SEGES/MP		R\$	2.620,51
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ -	R\$ -
B	Substituto na cobertura das ausência por doença	1,39%	R\$ 36,40	R\$ 36,40
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,55	R\$ 0,55
D	Substituto na cobertura das ausências legais	0,82%	R\$ 21,55	R\$ 21,55
E	Substituto na cobertura nas ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,85	R\$ 0,85
F	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 1,54	R\$ 1,54
Subtotal			R\$ 60,89	R\$ 60,89
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente.	0,86%	R\$ 22,41	R\$ 22,41
I	Inclusão benefícios Mensais e Diários (menos VT+VA) conforme orientação SEGES/MP	Nº de dias afastamento 38,96	R\$ 45,24	R\$ 45,24
J	Inclusão custo M3 (Provisão para Rescisão) para substitutos		R\$ -	R\$ -
Total			R\$ 128,54	R\$ 128,54

Módulo 5 - Insumos Diversos							
5	Insumos Diversos -Conforme detalhamento abaixo					Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Uniformes e EPIs					R\$ 119,09	R\$ 119,09
B	Equipamentos e Insumos					R\$ -	R\$ -
C							
D							
Total						R\$ 119,09	R\$ 119,09

DETALHAMENTO ITEM A MOD 5- UNIFORMES E EPI

#	Especificação por Item	Custo unitário médio	Vida útil em meses	Quantidade de itens por período	Custo mensal por posto	Custo mensal Total
1	Calça em tecido oxford, na cor preta	R\$ 60,66	2,33	2	R\$ 52,07	R\$ 52,07
2	Crachá em poliuretano	R\$ 4,85	2,33	1	R\$ 2,08	R\$ 2,08
3	Camisa – tipo polo malha piquet, na cor branca ou azul-marinho, bordada com logomarca da empresa	R\$ 37,83	2,33	4	R\$ 64,94	R\$ 64,94
4					R\$ -	R\$ -
5					R\$ -	R\$ -
6					R\$ -	R\$ -
7					R\$ -	R\$ -
8					R\$ -	R\$ -
9					R\$ -	R\$ -
10					R\$ -	R\$ -
11					R\$ -	R\$ -
Custo total mensal					R\$ 119,09	R\$ 119,09

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) – Custos diretos		Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 2.194,00	R\$ 2.194,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.899,62	R\$ 1.899,62
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 128,54	R\$ 128,54
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 119,09	R\$ 119,09
Custo Direto: Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 4.341,25	R\$ 4.341,25

Módulo 6 : Custos Indiretos, Tributos e Lucro						
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Percentual (%)	Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Custos indiretos / Despesas Administrativas e Operacionais			6,00%	R\$ 260,48	R\$ 260,48
B	Margem de Remuneração			8,00%	R\$ 368,14	R\$ 368,14
C	Tributos			8,65%	R\$ 470,60	R\$ 470,60
	c.1 - Tributos Federais	PIS:	0,65%			
		COFINS:	3,00%			
	c.2 - Tributos Estaduais					
	c.3 - Tributos Municipais		ISSQN: 5,00%			

Total	R\$ 1.099,22	R\$ 1.099,22
--------------	---------------------	---------------------

QUADRO-RESUMO DO CUSTO				
Mão de obra vinculada à execução contratual			Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração		R\$ 2.194,00	R\$ 2.194,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 1.899,62	R\$ 1.899,62
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ -	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 128,54	R\$ 128,54
	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 119,09	R\$ 119,09
E	Módulo 6- Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 1.099,22	R\$ 1.099,22
TOTAL			R\$ 5.440,47	R\$ 5.440,47
	Custo do empregado por dia [Valor total do empregado / ° dias trabalhados no mês]	30	R\$ 181,35	
	Custo do empregado por Hora [Custo do empregado por dia /Nº horas laboradas por dia]	8	R\$ 22,67	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO	
	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
PROCESSO SEI Nº 0009224-60.2021.6.15.8000	Dia ____/____/____ às ____:____ horas
OBJETO DA LICITAÇÃO:	SERVIÇOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS A SEREM EXECUTADOS EM UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL EM BAYEUX
Data apresentação Proposta:	____/____/____
Prazo do contrato:	12 MESES
Regime Tributário da Empresa:	Lucro Presumido
Se optante pelo simples nacional, preencher, faturamento acumulado dos últimos 12 meses anteriores a proposta:	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Quantidade de trabalhadores por posto	Quantidade total a contratar
POSTO DE MOTORISTA COM JORNADA DE 44 HORAS SEMANAIS	1	1

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS - DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO		
1	Especificação do tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas relativas ao posto)	Posto 44hs Semanais
2	Categoria profissional (vinculada a execução do contrato)	Motorista
3	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da categoria profissional	7823-05
4	Número de Meses da execução contratual	12
5	Sindicato representativo da categoria profissional e nº de registro no MTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DA PARAIBA – PB000517/2021
6	Data base da categoria (DIA/MÊS/ANO)	01.01
8	Valor do Piso normativo da Categoria	R\$ 2.194,00

Módulo 1: Composição da remuneração				
1	Composição da remuneração			Valor (R\$) total
A	Salário base mensal	N/A		R\$ 2.194,00
B	Periculosidade (30%)	Não		R\$ -
C	Insalubridade (10%, 20%, 40%)	Não	20%	R\$ -
D	Gratificação de Função	Não		R\$ -
D	Adicional Noturno -Caso seja SIM , inserir % adicional	Não	20%	R\$ -

D.1	Número de Horas Noturnas laboradas por dia por colaborador	Não	0,00	N/A	
D.2	Número de Dias laborados à noite no mês	Não	15,22	N/A	
E	Redução da hora Noturna	Não	N/A	R\$ -	R\$ -
E.1	Quantidade de Horas Not Reduzidas por mês	Não	0,00	N/A	
E.2	Valor Hora Not Reduzida conforme CCT/ACT	Não		N/A	
G	Intervalo Intrajornada indenizado -Inserir % adicional	Não		R\$ -	R\$ -
G.1	Quantidade de Horas Extras intrajornada mensal	Não	0	N/A	
H	Descanso Semanal Remunerado s/ Adic Not e H Not Reduz	VERIFICAR DETERMINAÇÃO EM CCT			R\$ -
I	Descanso Semanal Remunerado s/ Horas Extras	N/A			
J	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
k	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
Total da Remuneração				R\$ 2.194,00	R\$ 2.194,00

BASE DE CÁLCULO DO SUBMÓDULO 2.1 , 2.2, MOD 3 E 4	R\$ 2.194,00	R\$ 2.194,00
---	--------------	--------------

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	13º (décimo terceiro salário)	8,33%	R\$ 182,76	R\$ 182,76
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 243,75	R\$ 243,75
C	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Férias	7,15%	R\$ 156,96	R\$ 156,96
Total		26,59%	R\$ 583,47	R\$ 583,47

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	INSS (art 22, inc I Lei 8.212/91)	20,00%	R\$ 438,80	R\$ 438,80
B	SESI OU SESC (art 30 Lei 8.036/90)	1,50%	R\$ 32,91	R\$ 32,91
C	SENAI OU SENAC (art 30 Dec Lei 2.318/86)	1,00%	R\$ 21,94	R\$ 21,94
D	INCRA (art 1 e 2 Decr Lei 1146/70)	0,20%	R\$ 4,39	R\$ 4,39
E	Salário educação (art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decr 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF)	2,50%	R\$ 54,85	R\$ 54,85
F	FGTS (art 15 Lei nº 8.030/90)	8,00%	R\$ 175,52	R\$ 175,52
G	RAT (Art. 22, inc. II, Lei 8212/91 e art 10 L 10.666/03) X FAP	3,00%	R\$ 65,82	R\$ 65,82
H	SEBRAE (lei 8029/90)	0,60%	R\$ 13,16	R\$ 13,16
Total		36,80%	R\$ 807,39	R\$ 807,39

	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.		Valor (R\$) por posto		Valor (R\$) total
A	Transporte	Sim	R\$ 61,96	R\$ 61,96	
A.1	Quantidade de postos de trabalho que receberão VT	1	N/A		
A.2	Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços	R\$ 4,40	N/A		
A.3	Quantidade de passagens por dia por empregado	2	N/A		
A.4	Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	22	N/A		
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Não	R\$ -	R\$ -	
B.1	Valor do Auxílio-Alimentação		N/A		
B.2	Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação		N/A		
B.3	Participação do empregado no custo		N/A		
C	Plano de Assistência e Cuidado Pessoal	Sim	R\$ 40,00	R\$ 40,00	
C.1	Valor previsto em CCT/ACT	R\$ 40,00	N/A		
C.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A		
D	Plano odontológico	Sim	R\$ 20,00	R\$ 20,00	
D.1	Valor previsto em CCT/ACT	R\$ 20,00	N/A		
D.2	Participação do empregado no custo em % (Se houver)		N/A		
E	Seguro de vida em grupo	Sim	R\$ 5,00	R\$ 5,00	
F	Auxílio-Funeral	Sim	R\$ 5,00	R\$ 5,00	
G	Cesta Básica	Sim	R\$ 368,00	R\$ 368,00	
G.1	Valor previsto em CCT/ACT	R\$ 460,00	N/A		
G.2	Participação do empregado no custo (Se houver)	20%	N/A		
H	Auxílio Creche (Inserido em despesas indiretas)	N/A		R\$ -	
I	Outros (identificar)	N/A		R\$ -	
Total			R\$ 499,96	R\$ 499,96	

2	Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 583,47	R\$ 583,47
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 807,39	R\$ 807,39
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 499,96	R\$ 499,96
Total		R\$ 1.890,82	R\$ 1.890,82

Módulo 3 - Provisão para Rescisão					
3	Provisão para rescisão		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total

A	Aviso prévio indenizado	0,00%	R\$ -	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado	0,00%	R\$ -	R\$ -
C	Incidência da Multa s/ FGTS incidente no API	0,00%	R\$ -	R\$ -
D	Aviso prévio trabalhado	0,00%	R\$ -	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre item D	0,00%	R\$ -	R\$ -
F	Multa sobre FGTS incidente s/ dem. s/ justa causa	0,00%	R\$ -	R\$ -
Total		0,00%	R\$ -	R\$ -

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
	Base de cálculo para o custo do profissional ausente (substituto): BCCPA = (Rem + 13º Ssal + Férias + 1/3)x Item Reposição . Conforme item 89 do Relatório do Acórdão TCU nº 1.753/2008 do Plenário e ourientações SEGES/MP		R\$	2.620,51
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ -	R\$ -
B	Substituto na cobertura das ausência por doença	1,39%	R\$ 36,40	R\$ 36,40
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,55	R\$ 0,55
D	Substituto na cobertura das ausências legais	0,82%	R\$ 21,55	R\$ 21,55
E	Substituto na cobertura nas ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,85	R\$ 0,85
F	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 1,54	R\$ 1,54
Subtotal			R\$ 60,89	R\$ 60,89
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente.	0,86%	R\$ 22,41	R\$ 22,41
I	Inclusão benefícios Mensais e Diários (menos VT+VA) conforme orientação SEGES/MP	Nº de dias afastamento 38,96	R\$ 45,24	R\$ 45,24
J	Inclusão custo M3 (Provisão para Rescisão) para substitutos		R\$ -	R\$ -
Total			R\$ 128,54	R\$ 128,54

Módulo 5 - Insumos Diversos						
5	Insumos Diversos -Conforme detalhamento abaixo					Valor (R\$) total
A	Uniformes e EPIs					R\$ 119,09
B	Equipamentos e Insumos					R\$ -
C						
D						
Total						R\$ 119,09

DETALHAMENTO ITEM A MOD 5- UNIFORMES E EPI						
--	--	--	--	--	--	--

#	Especificação por Item	Custo unitário médio	Vida útil em meses	Quantidade de itens por período	Custo mensal por posto	Custo mensal Total
1	Calça em tecido oxford, na cor preta	R\$ 60,66	2,33	2	R\$ 52,07	R\$ 52,07
2	Crachá em poliuretano	R\$ 4,85	2,33	1	R\$ 2,08	R\$ 2,08
3	Camisa – tipo polo malha piquet, na cor branca ou azul-marinho, bordada com logomarca da empresa	R\$ 37,83	2,33	4	R\$ 64,94	R\$ 64,94
4					R\$ -	R\$ -
5					R\$ -	R\$ -
6					R\$ -	R\$ -
7					R\$ -	R\$ -
8					R\$ -	R\$ -
9					R\$ -	R\$ -
10					R\$ -	R\$ -
11					R\$ -	R\$ -
Custo total mensal					R\$ 119,09	R\$ 119,09

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) – Custos diretos		Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 2.194,00	R\$ 2.194,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.890,82	R\$ 1.890,82
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 128,54	R\$ 128,54
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 119,09	R\$ 119,09
Custo Direto: Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 4.332,45	R\$ 4.332,45

Módulo 6 : Custos Indiretos, Tributos e Lucro						
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Percentual (%)	Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Custos indiretos / Despesas Administrativas e Operacionais			6,00%	R\$ 259,95	R\$ 259,95
B	Margem de Remuneração			8,00%	R\$ 367,39	R\$ 367,39
C	Tributos			8,65%	R\$ 469,65	R\$ 469,65
	c.1 - Tributos Federais	PIS:	0,65%			
		COFINS:	3,00%			
	c.2 - Tributos Estaduais					
	c.3 - Tributos Municipais		ISSQN: 5,00%			

Total	R\$ 1.096,99	R\$ 1.096,99
--------------	---------------------	---------------------

QUADRO-RESUMO DO CUSTO				
Mão de obra vinculada à execução contratual			Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração		R\$ 2.194,00	R\$ 2.194,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 1.890,82	R\$ 1.890,82
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ -	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 128,54	R\$ 128,54
	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 119,09	R\$ 119,09
E	Módulo 6- Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 1.096,99	R\$ 1.096,99
TOTAL			R\$ 5.429,44	R\$ 5.429,44
	Custo do empregado por dia [Valor total do empregado / ° dias trabalhados no mês]	30	R\$ 180,98	
	Custo do empregado por Hora [Custo do empregado por dia /Nº horas laboradas por dia]	8	R\$ 22,62	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO		
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA		
PROCESSO SEI Nº 0009224-60.2021.6.15.8000		Dia ____/____/____ às ____:____ horas
OBJETO DA LICITAÇÃO:	SERVIÇOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS A SEREM EXECUTADOS EM UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL EM CABEDELO	
Data apresentação Proposta:	____/____/____	
Prazo do contrato:	12 MESES	
Regime Tributário da Empresa:	Lucro Presumido	
Se optante pelo simples nacional, preencher, faturamento acumulado dos últimos 12 meses anteriores a proposta:		

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Quantidade de trabalhadores por posto	Quantidade total a contratar
POSTO DE MOTORISTA COM JORNADA DE 44 HORAS SEMANAIS	1	1

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS - DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO		
1	Especificação do tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas relativas ao posto)	Posto 44hs Semanais
2	Categoria profissional (vinculada a execução do contrato)	Motorista
3	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da categoria profissional	7823-05
4	Número de Meses da execução contratual	12
5	Sindicato representativo da categoria profissional e nº de registro no MTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DA PARAIBA – PB000517/2021
6	Data base da categoria (DIA/MÊS/ANO)	01.01
8	Valor do Piso normativo da Categoria	R\$ 2.194,00

Módulo 1: Composição da remuneração				
1	Composição da remuneração			Valor (R\$) total
A	Salário base mensal	N/A		R\$ 2.194,00
B	Periculosidade (30%)	Não		R\$ -
C	Insalubridade (10%, 20%, 40%)	Não	20%	R\$ -
D	Gratificação de Função	Não		R\$ -
D	Adicional Noturno -Caso seja SIM , inserir % adicional	Não	20%	R\$ -

D.1	Número de Horas Noturnas laboradas por dia por colaborador	Não	0,00	N/A	
D.2	Número de Dias laborados à noite no mês	Não	15,22	N/A	
E	Redução da hora Noturna	Não	N/A	R\$ -	R\$ -
E.1	Quantidade de Horas Not Reduzidas por mês	Não	0,00	N/A	
E.2	Valor Hora Not Reduzida conforme CCT/ACT	Não		N/A	
G	Intervalo Intra jornada indenizado -Inserir % adicional	Não		R\$ -	R\$ -
G.1	Quantidade de Horas Extras intra jornada mensal	Não	0	N/A	
H	Descanso Semanal Remunerado s/ Adic Not e H Not Reduz	VERIFICAR DETERMINAÇÃO EM CCT			R\$ -
I	Descanso Semanal Remunerado s/ Horas Extras	N/A			
J	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
k	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
Total da Remuneração				R\$ 2.194,00	R\$ 2.194,00

BASE DE CÁLCULO DO SUBMÓDULO 2.1 , 2.2, MOD 3 E 4	R\$ 2.194,00	R\$ 2.194,00
---	--------------	--------------

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	13º (décimo terceiro salário)	8,33%	R\$ 182,76	R\$ 182,76
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 243,75	R\$ 243,75
C	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Férias	7,15%	R\$ 156,96	R\$ 156,96
Total		26,59%	R\$ 583,47	R\$ 583,47

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	INSS (art 22, inc I Lei 8.212/91)	20,00%	R\$ 438,80	R\$ 438,80
B	SESI OU SESC (art 30 Lei 8.036/90)	1,50%	R\$ 32,91	R\$ 32,91
C	SENAI OU SENAC (art 30 Dec Lei 2.318/86)	1,00%	R\$ 21,94	R\$ 21,94
D	INCRA (art 1 e 2 Decr Lei 1146/70)	0,20%	R\$ 4,39	R\$ 4,39
E	Salário educação (art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decr 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF)	2,50%	R\$ 54,85	R\$ 54,85
F	FGTS (art 15 Lei nº 8.030/90)	8,00%	R\$ 175,52	R\$ 175,52
G	RAT (Art. 22, inc. II, Lei 8212/91 e art 10 L 10.666/03) X FAP	3,00%	R\$ 65,82	R\$ 65,82
H	SEBRAE (lei 8029/90)	0,60%	R\$ 13,16	R\$ 13,16
Total		36,80%	R\$ 807,39	R\$ 807,39

	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.		Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Transporte	Sim	R\$ 70,76	R\$ 70,76
A.1	Quantidade de postos de trabalho que receberão VT	1	N/A	
A.2	Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços	R\$ 4,60	N/A	
A.3	Quantidade de passagens por dia por empregado	2	N/A	
A.4	Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	22	N/A	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Não	R\$ -	R\$ -
B.1	Valor do Auxílio-Alimentação		N/A	
B.2	Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação		N/A	
B.3	Participação do empregado no custo		N/A	
C	Plano de Assistência e Cuidado Pessoal	Sim	R\$ 40,00	R\$ 40,00
C.1	Valor previsto em CCT/ACT	R\$ 40,00	N/A	
C.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
D	Plano odontológico	Sim	R\$ 20,00	R\$ 20,00
D.1	Valor previsto em CCT/ACT	R\$ 20,00	N/A	
D.2	Participação do empregado no custo em % (Se houver)		N/A	
E	Seguro de vida em grupo	Sim	R\$ 5,00	R\$ 5,00
F	Auxílio-Funeral	Sim	R\$ 5,00	R\$ 5,00
G	Cesta Básica	Sim	R\$ 368,00	R\$ 368,00
G.1	Valor previsto em CCT/ACT	R\$ 460,00	N/A	
G.2	Participação do empregado no custo (Se houver)	20%	N/A	
H	Auxílio Creche (Inserido em despesas indiretas)	N/A		R\$ -
I	Outros (identificar)	N/A		R\$ -
Total			R\$ 508,76	R\$ 508,76

2	Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 583,47	R\$ 583,47
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 807,39	R\$ 807,39
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 508,76	R\$ 508,76
Total		R\$ 1.899,62	R\$ 1.899,62

Módulo 3 - Provisão para Rescisão				
3	Provisão para rescisão	Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total

A	Aviso prévio indenizado	0,00%	R\$ -	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado	0,00%	R\$ -	R\$ -
C	Incidência da Multa s/ FGTS incidente no API	0,00%	R\$ -	R\$ -
D	Aviso prévio trabalhado	0,00%	R\$ -	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre item D	0,00%	R\$ -	R\$ -
F	Multa sobre FGTS incidente s/ dem. s/ justa causa	0,00%	R\$ -	R\$ -
Total		0,00%	R\$ -	R\$ -

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
	Base de cálculo para o custo do profissional ausente (substituto): BCCPA = (Rem + 13º Ssal + Férias + 1/3)x Item Reposição . Conforme item 89 do Relatório do Acórdão TCU nº 1.753/2008 do Plenário e ourientações SEGES/MP		R\$	2.620,51
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ -	R\$ -
B	Substituto na cobertura das ausência por doença	1,39%	R\$ 36,40	R\$ 36,40
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,55	R\$ 0,55
D	Substituto na cobertura das ausências legais	0,82%	R\$ 21,55	R\$ 21,55
E	Substituto na cobertura nas ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,85	R\$ 0,85
F	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 1,54	R\$ 1,54
Subtotal			R\$ 60,89	R\$ 60,89
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente.	0,86%	R\$ 22,41	R\$ 22,41
I	Inclusão benefícios Mensais e Diários (menos VT+VA) conforme orientação SEGES/MP	Nº de dias afastamento 38,96	R\$ 45,24	R\$ 45,24
J	Inclusão custo M3 (Provisão para Rescisão) para substitutos		R\$ -	R\$ -
Total			R\$ 128,54	R\$ 128,54

Módulo 5 - Insumos Diversos						
5	Insumos Diversos -Conforme detalhamento abaixo					Valor (R\$) total
A	Uniformes e EPIs					R\$ 119,09
B	Equipamentos e Insumos					R\$ -
C						
D						
Total						R\$ 119,09

DETALHAMENTO ITEM A MOD 5- UNIFORMES E EPI

#	Especificação por Item	Custo unitário médio	Vida útil em meses	Quantidade de itens por período	Custo mensal por posto	Custo mensal Total
1	Calça em tecido oxford, na cor preta	R\$ 60,66	2,33	2	R\$ 52,07	R\$ 52,07
2	Crachá em poliuretano	R\$ 4,85	2,33	1	R\$ 2,08	R\$ 2,08
3	Camisa – tipo polo malha piquet, na cor branca ou azul-marinho, bordada com logomarca da empresa	R\$ 37,83	2,33	4	R\$ 64,94	R\$ 64,94
4					R\$ -	R\$ -
5					R\$ -	R\$ -
6					R\$ -	R\$ -
7					R\$ -	R\$ -
8					R\$ -	R\$ -
9					R\$ -	R\$ -
10					R\$ -	R\$ -
11					R\$ -	R\$ -
Custo total mensal					R\$ 119,09	R\$ 119,09

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) – Custos diretos		Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 2.194,00	R\$ 2.194,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.899,62	R\$ 1.899,62
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 128,54	R\$ 128,54
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 119,09	R\$ 119,09
Custo Direto: Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 4.341,25	R\$ 4.341,25

Módulo 6 : Custos Indiretos, Tributos e Lucro						
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Percentual (%)	Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Custos indiretos / Despesas Administrativas e Operacionais			6,00%	R\$ 260,48	R\$ 260,48
B	Margem de Remuneração			8,00%	R\$ 368,14	R\$ 368,14
C	Tributos			8,65%	R\$ 470,60	R\$ 470,60
	c.1 - Tributos Federais	PIS:	0,65%			
		COFINS:	3,00%			
	c.2 - Tributos Estaduais					
	c.3 - Tributos Municipais		ISSQN: 5,00%			

Total	R\$ 1.099,22	R\$ 1.099,22
--------------	---------------------	---------------------

QUADRO-RESUMO DO CUSTO				
Mão de obra vinculada à execução contratual			Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração		R\$ 2.194,00	R\$ 2.194,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 1.899,62	R\$ 1.899,62
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ -	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 128,54	R\$ 128,54
	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 119,09	R\$ 119,09
E	Módulo 6- Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 1.099,22	R\$ 1.099,22
TOTAL			R\$ 5.440,47	R\$ 5.440,47
	Custo do empregado por dia [Valor total do empregado / ° dias trabalhados no mês]	30	R\$	181,35
	Custo do empregado por Hora [Custo do empregado por dia /Nº horas laboradas por dia]	8	R\$	22,67



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

Anexo
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2022

(Processo SEI n.º 0009224-60.2021.6.15.8000)

ANEXO II**DOS QUANTITATIVOS E DAS ESPECIFICAÇÕES****GRUPO G1**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANT. DE POSTOS	PERÍODO	N.º DE MENSALIDADES PREVISTAS	UND	EXPECTATIVA DE CONSUMO	VALOR MENSAL POR POSTO (R\$)	VALOR TOTAL POR POSTO (VALOR MENSAL POR POSTO X N.º DE MENSALIDADES PREVISTAS) (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (QUANT. DE POSTOS X VALOR TOTAL POR POSTO) (R\$)

01	Contratação dos Serviços de condução de veículos, através do Sistema de Registro de Preços para Eleições 2022, utilizados para transporte de autoridades e servidores do TRE/PB a serem prestados no Fórum Eleitoral de João Pessoa. Conforme Termo de Referência (Anexo I do edital).	15008	20	DE 22/08 a 31/10/2022	2,3333	POSTO	50%			
02	Contratação dos Serviços de condução de veículos, através do Sistema de Registro de Preços para Eleições 2022, utilizados para transporte de autoridades e servidores do TRE/PB, a serem prestados no Fórum Eleitoral de Santa Rita. Conforme Termo de Referência	15008	04	DE 22/08 a 31/10/2022	2,3333	POSTO	50%			

	(Anexo I do edital).									
03	Contratação dos Serviços de condução de veículos, através do Sistema de Registro de Preços para Eleições 2022, utilizados para transporte de autoridades e servidores do TRE/PB, a serem prestados no Fórum Eleitoral de Bayeux. Conforme Termo de Referência (Anexo I do edital).	15008	02	DE 22/08 a 31/10/2022	2,3333	POSTO	50%			
04	Contratação dos Serviços de condução de veículos, através do Sistema de Registro de Preços para Eleições 2022, utilizados para transporte de autoridades e servidores do TRE/PB, a serem prestados no Fórum Eleitoral de Cabedelo.	15008	02	DE 22/08 a 31/10/2022	2,3333	POSTO	50%			

	Conforme Termo de Referência (Anexo I do edital).									
VALOR TOTAL DO GRUPO G1										

OBSERVAÇÃO:

1.º) Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT/CATSER e a do EDITAL, prevalecerá a descrição do EDITAL.

João Pessoa (PB), 25 de julho de 2022.

ANDREZA ALVES GOMES
PREGOEIRO(A)



Documento assinado eletronicamente por ANDREZA ALVES GOMES em 25/07/2022, às 17:07, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](http://lei.11.419/2006).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1311015** e o código CRC **77B13E46**.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2022
(Processo SEI n.º 0009224-60.2021.6.15.8000)**

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

MINUTA - SECOMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2022

(Processo N° 0009224-60.2021.6.15.8000)

Aos ---- dias do mês de -----do ano de 2022, o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR (UASG: 070009), CNPJ Nº 06.017.798/0001-60, com sede na Avenida Princesa Isabel, nº 201 – Centro – João Pessoa/PB, CEP 58.020-911, neste ato representado pelo **Sr. ARIOALDO ARAÚJO JÚNIOR**, Secretário de Administração e Orçamento do TRE/PB, CPF/MF nº 436.901.064-00, residente e domiciliado nesta Capital, considerando o resultado do Pregão Eletrônico Nº XX/2022 – TRE/PB, cujo objetivo fora a formalização de registro de preços para a **contratação temporária do serviço de CONDUÇÃO DE VEÍCULOS (motoristas) para transporte das autoridades, servidores da Sede do TRE/PB e dos Fóruns Eleitorais de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e de Cabedelo, durante as ELEIÇÕES GERAIS DE 2022**, processada nos termos do Processo Administrativo Eletrônico Nº 0009224-60.2021.6.15.8000, **RESOLVE**, com amparo nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006, no Decreto nº 10.024/2019, no Decreto nº 7.892/2013 (alterado pelo Decreto nº 8.250/2014 e pelo Decreto nº 9.488/2018), e no Decreto nº 8.538/2015, **REGISTRAR O(S) PREÇOS** da empresa **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx. CEP.: xxxxxxxxx. E-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, telefone: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado(a) por **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, doravante denominado FORNECEDOR, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **registro de preços**, objetivando a contratação eventual e futura **do serviço de CONDUÇÃO DE VEÍCULOS (motoristas) para transporte das autoridades, servidores da Sede**

do TRE/PB e dos Fóruns Eleitorais de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e de Cabedelo, durante as ELEIÇÕES GERAIS DE 2022, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos, através do procedimento licitatório em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ASSINATURA DA ATA

a) O fornecedor classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo de 05 dias úteis (condições estabelecidas no instrumento convocatório), podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

a.1) É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

b) A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

b.1) A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

c) A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

d) A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, localizado em João Pessoa/PB, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

a) Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

b) Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas

com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

c) As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

d) As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços** para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da SECOMP – Seção de Compras, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar o fornecedor registrado, via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ata.

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado;

f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP;

g) solicitar a designação, dentre os servidores das unidades requisitantes, gestores de compras que serão responsáveis pelos pedidos dos itens registrados.

h) observar o cumprimento da obrigação de aplicar a sanção em caso de restar inobservado algum compromisso assumido com a assinatura da ata, seja em relação ao órgão participante do sistema ou a ele aderente;

h.1) será do órgão contratante (gerenciador, participante ou aderente, a depender do caso) a competência para a imposição de sanções administrativas acaso inadimplida alguma obrigação em momento posterior à celebração do contrato. Em sendo o contratante órgão participante ou aderente, o órgão gerenciador deverá ser informado do inadimplemento para que sejam observados os respectivos impactos em face da ata de registro de preços, como o seu cancelamento, por exemplo, conforme previsto no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar o contrato ou retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, quando for o caso, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, no que couber;

b) executar o (s) serviço (s) solicitado (s) em estreita conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº XX/2022**;

b.1) a prestação dos serviços será nos limites da Grande João Pessoa, tendo como ponto base a sede do TRE/PB, Fórum Eleitoral de João Pessoa/PB, e Fóruns Eleitorais de Bayeux, Cabedelo e Santa Rita.

c) apresentar os condutores em estreita conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I, do Edital do **Pregão Eletrônico nº XX/2022**.

d) executar o (s) serviço (s) conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) manter-se, durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições exigidas na fase de habilitação do **Pregão Eletrônico XX/2022-TRE/PB**;

h) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de **05** (cinco) **dias úteis**, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador, participante e não participante(s), e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

Compete ao Órgão Não-participante:

a) consultar previamente o ÓRGÃO GERENCIADOR no intuito de obter as informações necessárias à contratação pretendida, e, em especial, o teor da presente Ata de Registro de Preços e eventuais alterações;

b) após a autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

c) Compete ao ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 6 (seis) meses, a contar da data da sua última assinatura eletrônica.

A Ata de Registro de Preços será **EXTINTA**:

I) pelo decurso do prazo de vigência; ou

II) pela aquisição da quantidade total registrada na Ata pelo órgão gerenciador e/ou órgãos participantes, zerando o quantitativo registrado, considerando-se exaurido o objeto, ainda que a ata de registro de preços esteja vigente.

CLÁUSULA NONA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do serviço registrado nesta Ata encontra-se indicado no quadro abaixo:

Empresa:				
CNPJ:			Telefone:	
ENDEREÇO: CEP.:			E-mail:	
Representante legal: CPF:				
Item	Und	Quantidade Registrada	Descrição	Valor Mensal por Posto
01	Posto de Trabalho			

OBS.: A quantidade indicada no item acima corresponde ao número estimado total a ser adquirido durante a vigência desta Ata.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado, na medida da execução do serviço, através de OBC - Ordem Bancária de Crédito, OBB - Ordem Bancária para Banco ou Ordem Bancária para Pagamento de Faturas com Código de Barras, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou 20 (vinte) dias corridos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, conforme o valor da contratação seja inferior ou superior, respectivamente ao limite previsto no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da mesma Lei;

b) A Nota Fiscal/Fatura/Boleto Bancário com código de barras, relativo a material efetivamente entregue, deverá ser apresentado no Protocolo Geral do TRE/PB acompanhado da informação de conta-corrente própria, na qual deseja receber o referido pagamento, com a

identificação da instituição financeira, nome e prefixo da agência correspondente;

c) A comprovação da regularidade fiscal, para o pagamento, será verificada por meio do SICAF e do sítio da Justiça do Trabalho;

d) A Nota Fiscal/Fatura será analisada pelo respectivo Gestor e atestada, se for o caso;

e) Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á, após a regularização da situação e/ou reapresentação da nota fiscal/fatura, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

f) O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta/nota de empenho, sob pena de não ser efetuado o pagamento;

g) A Administração se reserva ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura por parte do gestor do contrato, este verificar que o material foi entregue em desacordo com o especificado no Termo de Referência, Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº XX/2022**;

h) caso o fornecedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, este não ficará sujeito à retenção prevista na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012 ;

h.1) consoante disciplina a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, modificada pela IN RFB1540, de 05 de janeiro de 2015 e pela IN RFB 1552, de 02 de março de 2015, as empresas optantes do Simples Nacional, a que se referem os artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, deverão, no ato da assinatura do contrato, apresentar a declaração assinada por seu representante legal, na forma dos Anexos II, III ou IV da referida norma, conforme o caso, em duas vias.

h.2) o TRE/PB anexará a 1ª (primeira) via da declaração ao processo de pagamento para fins de comprovação à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), devendo devolver a 2ª via ao interessado como recibo.

i) A Administração se reserva ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura o fornecedor não estiver com a documentação de regularidade fiscal perante o INSS, o FGTS e a Receita Federal em dia, ocasião em que será dado prazo para a regularização, suspendendo-se o pagamento até a devida regularização.

j) Caso o licitante tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração;

k) Havendo atraso no pagamento de suas obrigações, o TRE/PB procederá à atualização financeira diária de seus débitos, onde os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, conforme a seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX}{100).$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

l) As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento da União;

m) Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade, nos termos do art. 86, caput e §2º e §3º e/ou art. 87, §1º da Lei nº 8.666/93, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR e ÓRGÃOS PARTICIPANTES a firmar as futuras contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o(s) fornecedor(es) e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial da União, Seção 3, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

a) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#), nos termos do § 1º do art. 12 do Decreto 7.892/2013.

b) Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no § 3º do art. 12 do Decreto 7.892/2013 e no art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusar-se a retirar a nota de empenho nos prazos estabelecidos, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

- c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;
- e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;
- f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;
- g) sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#);
- h) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR:

- a) mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;
- b) por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Secretário de Administração e Orçamento do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

- a) A Administração poderá aplicar ao FORNECEDOR as penalidades previstas no artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019, sem prejuízo da aplicação dos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013. A Administração poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, no que couber.
- b) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação da Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.
- c) Fica estabelecido como falta grave, caracterizado como falha em sua execução, a não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa compensatória estabelecida na alínea “c” e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019.
- d) Com fundamento no art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa compensatória de até 30% (trinta por cento), no caso de inexecução total, sobre o valor total da contratação, ou de até 15% (quinze por cento), no caso de inexecução parcial, sobre o valor do saldo da contratação, respectivamente, garantido o direito à ampla defesa, a contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

d.1) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

d.2) Não entregar a documentação exigida no edital;

d.3) Apresentar documentação falsa;

d.4) Causar o atraso na execução do objeto;

d.5) Não manter a proposta;

d.6) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

d.7) Comportar-se de modo inidôneo;

d.8) Declarar informações falsas; e

d.9) Cometer fraude fiscal.

e) Para os fins da alínea "d.7", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

f) - As sanções descritas na alínea "d" também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

g) A Contratada ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, com fundamento no art. 86 da Lei nº 8.666/93, à seguinte penalidade:

g.1) multa moratória de:

g.1.1) 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, até o máximo de 10 (dez) dias;

g.1.2) Sendo o atraso superior a 10 (dez) dias, configurar-se-á inexecução total da obrigação, a ensejar a aplicação de **multa compensatória**, prevista no item "c", sem prejuízo da aplicação da **multa moratória** limitada a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), oriunda do atraso referido no subitem anterior, bem como da rescisão unilateral da avença.

h) As multas moratória e compensatória poderão ser cumuladas com as sanções previstas na alínea "a".

i) Apenas a aplicação das penalidades de advertência e multa moratória, **não** necessitam ser publicadas no DOU, devendo a intimação da apenada dar-se por meio de notificação.

j) As sanções estabelecidas nesta cláusula são da competência exclusiva da autoridade designada nos normativos internos deste Tribunal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da efetiva notificação

k) A autoridade competente, na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, deverá levar em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Contratante, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.

l) O valor da multa moratória ou compensatória, nos termos do artigo 86, § 3º da LLC, poderá ser descontado da garantia contratual, dos créditos da Contratada ou cobrado judicialmente, nesta ordem.

m) O recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto ser efetuado conforme item anterior, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

n) As penalidades estabelecidas nestas cláusulas deverão ser registradas no SICAF.

o) As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade de o CONTRATANTE cobrar da CONTRATADA indenização por eventuais perdas e danos.

p) Caso seja constatada a irregularidade fiscal durante a vigência da ARP, a Administração notificará o Fornecedor para providenciar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias. Persistindo a irregularidade serão adotadas providências no sentido de rescindir a avença.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Processo Administrativo Nº 0009224-60.2021.6.15.8000;

b) Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2022 – TRE/PB e anexos;

c) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA -DAS DEMAIS CONDIÇÕES

Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/PB, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação;

Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da data da comunicação expedida.

Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Justiça Federal em João Pessoa/PB, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, Mário Cezar Delgado Régis, Chefe da Seção de Compras, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

Arioaldo Araújo Júnior

Secretário de Administração e Orçamento

EMPRESA

MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS
CHEFE DA SEÇÃO DE COMPRAS



Documento assinado eletronicamente por MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS em 20/05/2022, às 11:40, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1264950** e o código CRC **C818B05E**.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2022
(Processo SEI n.º 0009224-60.2021.6.15.8000)**

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

**Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**

Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

MINUTA - SECONT**CONTRATO Nº ____/2022 - TRE/PB****Processo SEI nº 4384-75.2019.6.15.8000**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS QUE FAZEM ENTRE SI O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA E A EMPRESA _____.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e dois, compareceram, de um lado, o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, CNPJ Nº 06.017.798/0001-60, com foro na cidade de João Pessoa, situado na Av. Princesa Isabel, nº 201, Tambiá, Estado da Paraíba, CEP 58.020-911, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, **ARIOALDO ARAÚJO JÚNIOR**, brasileiro, casado, RG nº 950.531 - SSP/PB, CPF nº 436.901.064-00, doravante designado **CONTRATANTE** ou simplesmente TRE/PB e, de outro lado, a empresa _____, CNPJ nº _____, estabelecida na Av. _____, CEP.: _____, Telefone: (____) _____, E-mail: _____, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por _____, RG _____, CPF.: _____, daqui por diante designada **CONTRATADA**, que têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013 e, no que couber, na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação do serviço de condução de veículos para as Eleições 2022, utilizados por autoridades e servidores do edifício-sede do TRE/PB e dos Fóruns Eleitorais de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e de Cabedelo, a ser executado por meio de 28 (vinte e oito) postos de trabalho, de acordo o estabelecido neste instrumento e no Termo de Referência nº 04/2021 - SETRAN, Anexo I do **Pregão Eletrônico nº ____/2022 - TRE-PB** e da **Ata de Registro de Preços nº ____/2022 TRE-PB**, que passam a fazer parte integrante deste ajuste independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - O serviço objeto deste contrato será realizado por execução indireta, no regime de empreitada por preço global, de acordo com o estabelecido no Pregão Eletrônico nº ____/2022 – TRE/PB e seus anexos, bem como na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

3.1 - O CONTRATANTE se obriga a:

1. promover, através do Gestor designado, o acompanhamento e a fiscalização do serviço contratado, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
2. prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para que os empregados da Contratada venham desempenhar de modo satisfatório o seu trabalho;
3. fiscalizar o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada;
4. observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico nº ____/2022**, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
5. proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades necessárias ao bom cumprimento das obrigações contratadas;
6. comunicar à CONTRATADA formal e imediatamente problemas ou dificuldades relacionadas à prestação dos serviços contratados;
7. solicitar, por amostragem, aos empregados terceirizados que verifiquem se as contribuições da Previdência Social e os valores relativos ao FGTS estão ou não sendo recolhidos em seus nomes, fornecendo à administração os respectivos comprovantes, de modo que, no período de um ano, todos empregados tenham recolhimentos avaliados pelo Tribunal;
8. comunicar à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e à Receita Federal do Brasil qualquer irregularidade verificada nas contribuições previdenciárias dos empregados terceirizados;
9. comunicar à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia qualquer irregularidade verificada no recolhimento do FGTS dos empregados terceirizados;
10. publicar o extrato do contrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pela Administração até vinte dias da data de sua assinatura, nos termos do art. 20 do Decreto nº 3.555/2000;
11. efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas nas CLÁUSULAS DÉCIMA e DÉCIMA PRIMEIRA deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

4.1 - A gestão do presente contrato e a fiscalização dos serviços serão realizadas de acordo com o estabelecido na Portaria DG nº 18/2018 – TRE-PB/PTRE/DG, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

4.2 Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços ajustados, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

- a) ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou de cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- b) examinar as Carteiras Profissionais dos empregados terceirizados para comprovar o registro da sua função profissional.

4.3 - Os serviços contratados serão avaliados pelo fiscal do contrato por meio dos seguintes instrumentos:

- a) Relatórios de Ocorrências mensais;
- b) Inspeção direta, feita a qualquer tempo;
- c) Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá ao **Gestor** do contrato, subsidiado pelo Fiscal:

- a) cumprir e fazer cumprir o que disciplina a Portaria DG nº 18/2018 – TRE-PB/PTRE/DG;
- b) anotar de forma clara, transparente e organizada, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;
- c) comunicar à Secretaria de Administração e Orçamento do Tribunal, **de imediato**, todo e qualquer descumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
- d) observar o que estabelece o art. 4º, XII, da sobredita portaria;
- e) considerar as normas previstas no Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, instituído pela Resolução nº 21/2014 – TRE/PB.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caberá ao **Fiscal** do Contrato:

- a) cumprir e fazer cumprir o que disciplina a Portaria DG nº 18/2018 – TRE-PB/PTRE/DG;
- b) acompanhar, "*in loco*", a execução do contrato, registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento visando à aplicação de sanção contratual;
- c) recusar os serviços prestados em desacordo com o pactuado e determinar o desfazimento, o ajuste ou a correção;
- d) comunicar à CONTRATADA, mediante correspondência com comprovante de recebimento a ser juntado aos autos, eventuais irregularidades na execução contratual, estabelecendo prazo para solução;
- e) observar o que estabelece o art. 5º, XV, da sobredita portaria;
- f) observar as normas previstas no Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, instituído pela Resolução nº 21/2014 – TRE/PB,

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - A CONTRATADA se obriga a:

- a) Prestar o serviço contratado em plena conformidade com o Termo de Referência 04/2021 - SETRAN, Anexo I do Pregão Eletrônico nº __/2022 – TRE-PB, com as condições descritas neste Contrato, bem como às oferecidas em sua proposta;
- b) estabelecer, no processo de seleção dos condutores, critérios rigorosos a fim de recrutar e selecionar os profissionais que serão alocados para a prestação dos serviços, submetendo-os a exame de **PERFIL PSICOLÓGICO**, aplicando-lhes testes

de: **Personalidade** (teste PMK), **Nível Mental** (R-1/Raven, Raven escala geral e G36), **Atenção** (difusa, discriminativa e concentrada), **Coordenação bi manual, entrevista com psicólogo e dinâmica em grupo**, bem como os conhecimentos teóricos e práticos afetos à **DIREÇÃO DEFENSIVA** respectivos aos níveis de motoristas exigidos;

c) apresentar relativamente aos ocupantes dos postos de serviço, NADA CONSTA (Certidão Negativa Criminal) dos Cartórios Criminais das Justiças Federal e Estadual dos Estados em que tenham residido nos últimos três anos;

d) apresentar à unidade responsável pela fiscalização do Contrato, em até no máximo 10 (dez) dias **antes** do início da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

d.1) Fichas dos empregados acondicionadas em pasta individual, contendo toda a identificação do empregado (foto, tipo sanguíneo/fator RH, endereço, telefone residencial/celular);

d.2) Cópias dos documentos: Carteira de Identidade, CPF, Carteira Nacional da Habilitação, bem como os documentos comprobatórios relacionados no item 3.1 do Termo de Referência nº 04/2021 – SETRAN;

e) apresentar a comprovação de todos os quesitos exigidos na alínea "b" desta cláusula, especialmente quanto ao Perfil Psicológico, por meio de laudo técnico emitido por profissional habilitado, com a devida comprovação de inscrição no respectivo órgão de registro profissional da categoria;

f) manter os empregados, quando em horário de trabalho, ou ainda, nas dependências do CONTRATANTE, devidamente uniformizados e identificados mediante uso permanente de crachá, com foto e nome visível, a ser fornecido pela CONTRATADA;

g) fornecer uniformes conforme especificações constantes no ANEXO I do Termo de Referência nº 04/2021 – SETRAN;

h) responsabilizar-se por todos os possíveis danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados ao Contratante ou a terceiros, advindos de culpa mediante imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito de seus empregados às normas de conduta e segurança, quando da execução dos serviços, cuja despesa deverá ser descontada das faturas seguintes da empresa, ou ajuizada a dívida, se for o caso, sem prejuízo das sanções legais;

i) responsabilizar-se pelo pagamento das multas por infração do Código de Trânsito Brasileiro, no que concerne à condução de veículos e pela não observância (responsabilidade da condução, equipamentos obrigatórios etc.);

j) responsabilizar-se pelo pagamento das franquias de seguro de veículos nos sinistros causados por seus empregados na execução dos serviços;

k) responsabilizar-se pelos danos causados aos veículos de propriedade do Tribunal ou locados, quando conduzidos por seus empregados;

l) manter preposto responsável pela solução de assuntos relativos ao pessoal prestador de serviços nos respectivos postos de trabalho, substituindo imediatamente o empregado por motivo de falta ao serviço, afastamentos legais ou quando solicitado pelo Contratante;

m) manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma e instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do TRE/PB, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho;

n) responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência/trabalho e vice-versa (inclusive em casos de paralisação de transportes coletivos);

n.1) Caso a contratada opte pelo fornecimento de vales-transporte, a entrega deverá ocorrer nos termos da Lei nº 418/1985.

o) orientar os seus empregados nos seguintes pontos:

- o.1) apresentarem-se diariamente ao local de trabalho de maneira asseada, mantendo os cabelos curtos, barba feita, higiene corporal e com uniforme limpo e completo, conforme consta no Anexo I, do Termo de Referência;
- o.2) zelar pelos veículos sob sua responsabilidade, bem como de seus acessórios;
- o.3) conversar com o (s) passageiro (s) somente se solicitado, ou em casos de extrema necessidade, respondendo-lhe(s) de forma objetiva e educada, principalmente em se tratando de autoridades;
- o.4) nos casos de pane no veículo, o motorista deverá contatar com a Seção de Transportes informando o ocorrido e permanecer no local aguardando o socorro, mesmo que ultrapasse seu horário normal de expediente;
- o.5) inteirar-se dos procedimentos a serem adotados nos eventuais acidentes de trânsito com ou sem vítima;
- o.6) tratar o (s) passageiro (s) com urbanidade;
- o.7) preencher de forma obrigatória e diariamente, quando de sua jornada de trabalho, os mapas de saída e chegada que compõem cada veículo oficial, como hora, saída, destino, condutor, passageiro etc a serem fornecidos pela Seção de Transportes.
- p) exercer o controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados;
- q) manter vínculo empregatício formal e expresso com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, fiscais e parafiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da contratada, incidentes sobre o objeto do contrato, ficando ressalvado que a inadimplência da contratada para com estes encargos, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, e ensejará a rescisão do contrato, caso a contratada, uma vez notificada para regularizar as pendências, permaneça inadimplente. Fica esclarecido de que não se estabelece, por força da prestação dos serviços objeto do contrato, qualquer relação de emprego entre a contratante e os empregados que a contratada fornecer para execução dos serviços;
- r) acatar as decisões e observações feitas pelo gestor do contrato.
- s) realizar, às suas expensas, na forma da legislação pertinente, os exames médicos necessários na admissão, durante a vigência do contrato de trabalho e na demissão de seus empregados;
- t) fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, com início de vigência a partir da data de assinatura do presente contrato, apresentando a respectiva apólice no 1º pagamento;
- u) realizar o pagamento de seus empregados até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente ao da prestação do serviço, independente do repasse realizado pela Administração, nos termos dos art. 459 e 465, ambos da CLT, por meio de depósito bancário em conta-corrente aberta em nome do empregado, na cidade aonde serão prestados os serviços contratados;
- v) comprovar sua qualificação nos serviços, objeto deste contrato, por meio de Atestado de Capacidade Técnica;
- w) quando da realização de serviço extraordinário o pagamento de seus empregados deverá ser realizado até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação do serviço, independente do repasse pela Administração;
- x) tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, assumindo todas as responsabilidades daí decorrentes;
- y) utilizar folhas de ponto dos empregados, por ponto eletrônico ou por meio que não seja padronizado, em consonância com a Súmula nº 338/TST;

z) apresentar, no primeiro mês da prestação dos serviços, cópia autenticada dos seguintes documentos:

z.1) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso.

z.2) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada.

z.3) Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

aa) Apresentar, **mensalmente**, prova da regularidade fiscal para com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com as Fazendas Municipal e Federal, sendo esta, através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, caso esses documentos não estejam disponíveis no SICAF;

bb) Fornecer, quando solicitado pela Administração, original ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

bb.1) Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS);

bb.2) Certidão negativa com a Receita Estadual;

bb.3) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

bb.4) Comprovante de pagamento dos salários;

bb.5) Comprovante do pagamento referente vale-transporte;

bb.6) Comprovante do pagamento do vale alimentação;

bb.7) Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP;

bb.8) Resumo das informações à Previdência Social constante do arquivo SEFI;

bb.9) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos FPAS;

bb.10) Resumo do fechamento – empresa / FGTS;

bb.11) Protocolo de envio dos arquivos; e

bb.12) Guias do FGTS pagas.

cc) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

cc.1) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

cc.2) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

cc.3) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

cc.4) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

dd) Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados na alínea "z", acima, deverão ser apresentados.

ee) Comprovar, sob pena de rescisão contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da assinatura do presente instrumento e durante a vigência do ajuste, o atendimento das seguintes condições:

ee.1) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial

MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;

ee.2) Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105;

ff) Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços;

gg) Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pelo gestor do contrato.

hh) Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

ii) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

jj) Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.

kk) Não caucionar ou utilizar o contrato firmado com a TRE/PB para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência, sob pena de rescisão contratual.

ll) não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste contrato, sem a prévia autorização do TRE-PB;

mm) manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação em compatibilidade com as obrigações assumidas, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal;

nn) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

oo) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

pp) cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

qq) responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou material de consumo das unidades da contratada, quando for apurada sua responsabilidade em processo administrativo, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

rr) comprometer-se a indenizar qualquer dano ou prejuízo causado nas unidades da Justiça Eleitoral descritas no Termo de Referência, ainda que involuntariamente, pelos funcionários alocados ou pela omissão dos mesmos no desempenho de suas tarefas;

ss) seguir as determinações da convenção coletiva do Sindicato da respectiva categoria, relativamente a todos os empregados, observando o pagamento dos adicionais e/ou vantagens peculiares a cada profissional;

tt) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem a prévia anuência do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES PARTICULARES

6.1 - O CONTRATANTE não se responsabilizará por quaisquer serviços que venham a ser executados pela CONTRATADA sem a devida previsão contratual ou tenha sido realizado fora da sua vigência;

6.2 - O serviço contratado será recebido mês a mês pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante atesto da respectiva fatura.

6.3 - É assegurada ao CONTRATANTE a faculdade de exigir, a qualquer tempo, da CONTRATADA documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato;

6.4 - A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a realizar o pagamento de salários diretamente aos empregados terceirizados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela empresa.

6.4.1 - Quando os pagamentos descritos neste item não forem possíveis de serem realizados pelo Tribunal, seja por falta da documentação pertinente ou outras razões, os valores contratuais retidos cautelarmente deverão ser depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

6.5 - A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE, desde já, de forma irrevogável e irretratável, a compensar dos créditos futuros que venha a ter em face da prestação dos serviços objeto do presente contrato os danos ou prejuízos causados ao TRE/PB não cobertos pela garantia contratual, nos termos do art. 368 e seguintes do Código Civil, apurado em procedimento administrativo com o devido processo legal.

6.6 - Havendo divergência entre o contrato e o termo de referência, prevalecerá o constante neste último.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - Os serviços contratados serão prestados dentro dos limites da Grande João Pessoa, tendo como ponto base, a sede do TRE/PB, o Fórum Eleitoral de João Pessoa/PB, e os Fóruns Eleitorais de Bayeux, Cabedelo e Santa Rita e deverão observar a descrição das atividades e requisitos básicos para contratação dos profissionais estabelecidos no **Termo de Referência nº 04/2021 - SETRAN**;

7.2 - A prestação dos serviços será realizada por postos de trabalho, mediante a utilização de profissionais especializados e treinados, mantidos à disposição do Contratante durante os horários por este fixado;

7.3 - Os uniformes estarão sujeitos à **prévia aprovação** do Contratante, que observará os requisitos básicos de qualidade, boa apresentação e os padrões adotados pelo Tribunal;

7.4 - Em caso de ausência e não substituição de empregado da empresa Contratada, em qualquer posto de trabalho, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de dias não atendidos, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais;

7.5 - A CONTRATADA deverá controlar a frequência de seus profissionais nas dependências do CONTRATANTE, estabelecendo, de comum acordo com este, os instrumentos ou modalidades de controle;

7.6 - Excepcionalmente, os empregados deverão estar disponíveis para prestar serviços extraordinários (inclusive o adicional noturno do período) em dias úteis, finais de semana e feriados, em horários preestabelecidos, obedecendo aos procedimentos adotados por este Tribunal e aos limites legais previstos na CLT (o cumprimento de jornada extraordinária deverá ser autorizada pelo Secretário de Administração deste Tribunal).

7.7 - As horas excedentes dos postos de trabalho previstas neste instrumento e no Termo de Referência, que porventura se fizerem necessárias, serão remuneradas e calculadas com os acréscimos previstos em Lei, devendo respeitar para todos os fins a Convenção Coletiva de Trabalho em vigor, devidamente registrada na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia – DRT/PB;

7.8 - Os empregados não deverão permanecer no prédio, por qualquer hipótese, fora do horário do seu expediente, sem que isso tenha sido solicitado ou autorizado pelo gestor do contrato, cabendo à empresa a responsabilidade legal por todos os seus atos praticados em descumprimento a este item.

CLÁUSULA OITAVA – DO HORÁRIO DOS POSTOS E DAS HORAS SUPLEMENTARES

8.1 - Os empregados deverão cumprir jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Os inícios e termos da jornada de trabalho serão estabelecidos, conforme necessidades da Administração, respeitado o limite de 8 horas e 48 minutos diários (caso não haja expediente nos finais de semana). O horário de entrada e saída poderá ser alterado de acordo com as necessidades do serviço, obedecendo os limites legais previstos na CLT, podendo, ainda, ser utilizado banco de horas para a compensação da jornada de trabalho;

8.2 - O banco de horas será utilizado, mesmo não tendo previsão na Convenção Coletiva da categoria, em virtude do interesse público, como forma de adequar a carga horária à necessidade dos serviços, visando uma redução na execução de horas extras, as quais serão prestadas somente em casos excepcionais, após o exaurimento do banco de horas, dependendo de previsão antecipada e de comunicação oficial pelo gestor do contrato;

8.3 - A realização de serviços em horas suplementares requer a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) apresentação de justificativa do Cartório Eleitoral interessado, indicando número de posto, horário e período;
- b) existência de disponibilidade orçamentária;
- c) e autorização prévia do Ordenador de Despesa.

8.4 - Somente será considerada hora suplementar aquela que, cumulativamente, satisfaça as seguintes exigências:

- a) exceda a quantidade de horas diárias e semanais previstas para cada posto de trabalho, devidamente apurada no relatório mensal de frequência do posto de trabalho;
- b) e tenha sido devidamente autorizada na forma do item anterior.

8.5 - Ao TRE/PB caberá o custeio do valor correspondente à folha de serviço suplementares prestado pela empresa, onde o repasse será efetuado após o efetivo pagamento aos seus empregados da cota-parte que cada um fará jus;

8.6 - Quando da apresentação da nota fiscal/fatura correspondente ao serviço suplementar de limpeza, a empresa fica obrigada a apresentar o memorial de cálculo e prova das quitações junto aos seus empregados e encargos correspondentes;

8.7 - Quando da realização de serviços suplementares, o pagamento dos empregados da Contratada deverá ser realizado até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, independente do repasse pela Administração;

8.8 - Os funcionários da empresa farão jus ao recebimento das horas suplementares trabalhadas, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$HT - HnC = HR,$$

Onde:

HT : hora extra trabalhada com os acréscimos legais

HnC: hora extra não compensada

HR: hora-extra a receber

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

9.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação do serviço contratado, o valor mensal de **R\$ _____ (_____)**.

9.2 - O valor mensal do serviço poderá variar em razão da aplicação do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, Anexo II do **Termo de Referência nº 04/2021 – SETRAN**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 - O pagamento será efetuado mensalmente à CONTRATADA, através de OBC - Ordem Bancária de Crédito, OBB - Ordem Bancária para Banco ou Ordem Bancária para Pagamento de Faturas com Código de Barras, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou 20 (vinte) dias corridos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, conforme o valor da contratação seja inferior ou superior, respectivamente ao limite previsto no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da mesma Lei.

10.1.1 - O pedido de pagamento deverá ser apresentado no Protocolo Geral do TRE-PB, acompanhado de Nota Fiscal/Fatura, de boleto bancário com código de barras, ou de declaração de conta-corrente própria, na qual deseja receber o referido pagamento, com a identificação da instituição financeira, nome e prefixo da agência correspondente.

10.1.2 - A Nota Fiscal/Fatura será analisada pelo respectivo Gestor e atestada, se for o caso.

10.1.3 - O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta/nota de empenho, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

10.2 - Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas depositados em conta vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

10.3 - Caso a CONTRATADA tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração.

10.4 - havendo atraso no pagamento de suas obrigações, o TRE/PB procederá à atualização financeira diária de seus débitos, onde os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, conforme a seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX / 100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10.5 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento da União;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO E DAS CONTRIBUIÇÕES

11.1 - De acordo com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, será retido, na fonte, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido (CSLL), a contribuição para a Seguridade Social (COFINS) e a contribuição para o PIS/PASEP, sobre o pagamento efetuado à pessoa jurídica contratada, pela prestação do serviço, objeto deste contrato, observando os procedimentos previstos nessa Instrução Normativa.

11.11.1 - Caso a pessoa jurídica contratada seja optante do "SIMPLES" esta não ficará sujeita à retenção prevista na Instrução Normativa retromencionada.

11.1.2 - Consoante disciplina o art. 6º, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, as empresas optantes do Simples Nacional, as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, bem como as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se referem os artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, deverão, **no primeiro pagamento**, apresentar ao CONTRATANTE declaração assinada por seu representante legal, de acordo com os modelos dos Anexos II, III ou IV da referida norma.

11.1.3 - As entidades beneficentes de assistência social, previstas nos incisos III e IV do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 que atuam nas áreas da saúde, da educação e da assistência social deverão apresentar, juntamente à declaração constante dos Anexos II ou III da citada norma, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), expedido pelos Ministérios das respectivas áreas de atuação da entidade, na forma estabelecida pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

11.2 - Com base nos preceitos da legislação municipal correspondente, será retido, na fonte, o ISS sobre o valor do serviço prestado.

11.3 - Consoante disciplina o art. 31 da Lei nº 8.212/93, o TRE/PB reterá, para recolhimento à Seguridade Social em nome da Contratada, 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal/fatura dos serviços prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CONTA VINCULADA PARA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

12.1 - A CONTRATADA autorizará o CONTRATANTE a abrir uma conta de depósito vinculada específica, para o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias (férias, 1/3 constitucional, 13º salário, rescisão, etc.) dos empregados disponibilizados para prestar serviços ao Tribunal em decorrência deste contrato, de acordo com a IN SG-MPDG n.º 05/2017, introduzido pela IN SG/MPDG N.º 03/2009, e Resolução 169/2013 – CNJ, alterada pelas Resoluções 183/2013, 248/2018 e 301/2019 todas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

12.2 - A conta de depósito vinculada será aberta em nome da empresa, pelo CONTRATANTE, em instituição bancária oficial e bloqueada para movimentação.

12.3 - A solicitação de abertura da conta de depósito vinculada – bloqueada para movimentação – será providenciada pela SECONT - Seção de Contratos deste Tribunal.

12.4 - A autorização para resgatar ou movimentar recursos da conta de depósito vinculada – bloqueada para movimentação – será do Ordenador de Despesa, após a confirmação da necessidade de liberação dos valores pelo Gestor do contrato.

12.5 - O valor mensal a ser depositado na conta de depósito vinculada será igual à soma dos encargos trabalhistas abaixo descritos, previstos na planilha de composição de custos e formação de preços do contrato, compreendendo:

a) 13º (décimo terceiro) salário;

- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado e sobre o Aviso Prévio Trabalhado; e
- d) Incidência dos Encargos Previdenciários sobre férias, 1/3 constitucional de férias e 13º salário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO / UTILIZAÇÃO DO SALDO DA CONTA VINCULADA

13.1 - A CONTRATADA poderá solicitar autorização do Tribunal para:

- a) resgatar da conta de depósito vinculada – bloqueada para movimentação – os valores despedidos com o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias descritas no item 12.5, desde que comprovado tratem-se dos empregados alocados pela empresa para a prestação dos serviços contratados.
- b) movimentar os recursos da conta de depósito vinculada – bloqueada para movimentação – diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias descritas no item 12.5.

13.2 - A conta de depósito vinculada somente será liberada para o pagamento direto das verbas aos trabalhadores, nas condições abaixo, conforme Anexo XII da IN/MPDG nº 05/2017:

- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- b) parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias dos empregados vinculados ao contrato;
- c) parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao Contrato;
- d) ao final da vigência do Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

13.3 - Para resgatar os recursos da conta de depósito vinculada, conforme previsto na alínea “a” do item 13.1, a CONTRATADA, **após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias**, deverá apresentar ao Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item 13.5.

13.4 - O CONTRATANTE expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, a autorização para o resgate de que trata a alínea “a” do item 14.1, encaminhando a referida autorização ao banco público, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela CONTRATADA.

13.5 - Ocorrendo a movimentação prevista na alínea “b” do item 14.1, o Gestor/Fiscal do contrato solicitará ao banco público oficial que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta-corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósito.

13.6 - Quando os valores a serem liberados da conta de depósito vinculada se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a empresa contratada e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de um ano de serviço, o Tribunal deverá requerer, por meio da CONTRATADA, a anotação da rescisão na Carteira de Trabalho e Previdência Social (art. 47 da Lei nº 13.467, de 2017).

13.7 - O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação –, será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados,

após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

14.1 - A vigência do presente contrato inicia-se a partir da data de sua assinatura e, caso haja o segundo turno das eleições, encerra-se no dia **31/10/2022**.

14.2 - Caso não haja o segundo turno das eleições, a vigência do contrato encerra-se com o cumprimento integral do seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1 O contrato poderá ser alterado nos casos e condições previstos na seção III, do capítulo III da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 - A despesa decorrente da prestação do serviço objeto deste contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Programa de Trabalho 167864, Elemento de Despesa _____, Plano Interno _____, alocados no orçamento deste Tribunal para o exercício 2022.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para a cobertura das despesas relativas ao presente exercício, foi emitida a Nota de Empenho 2022NE000_____, em ____ de _____ de 2022, à conta da dotação especificada nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO

17.1 - O preço contratado poderá ser repactuado, mediante solicitação da CONTRATADA, respeitada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, a contar das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, de acordo com o art. 3º da Lei nº 10.192/01, art. 55 da IN/MPOG nº 05/2017 e o art. 12 do Decreto nº 9.507/2018.

17.2 - Será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

17.3 - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação;

17.4 - A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com a planilha apresentada pela contratada mediante comprovação de todos os fatos alegados.

17.5 - A contratada poderá, a partir da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo presente contrato até a data da prorrogação contratual subsequente, exercer perante o CONTRATANTE o seu

direito à repactuação contratual, sendo que se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO REAJUSTE

18.1 - Os valores dos itens que compõem os insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de lei) e os materiais da planilha de composição de custos do contrato poderão ser reajustados, a cada doze meses, a partir da data da apresentação da proposta, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, acumulado *nos últimos doze meses*.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19.1 - O valor pactuado no Contrato poderá ser revisto, mediante solicitação da Contratada, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação objeto deste contrato, por meio de revisão, na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, observado o seguinte:

19.1.1 - As eventuais solicitações de revisão deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

19.1.2 - A demonstração analítica será apresentada em conformidade com a planilha de custos e formação de preços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA– DAS PENALIDADES E DO DESCONTO DO VALOR DA MULTA

20.1 - O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019. A Administração poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, no que couber.

20.2 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação do CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

20.3 - Fica estabelecido como falta grave, caracterizado como falha em sua execução, a não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa compensatória estabelecida no item 20.3 e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 49 do Decreto nº 10.024/2019.

20.4 - Com fundamento no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais de **multa compensatória** de até 30% (trinta por cento) no caso de inexecução total, sobre o valor total do contrato, ou de até 15% (quinze por cento), no caso de inexecução parcial, sobre o valor do saldo da contratação, a Contratada que:

20.4.1 – apresentar documentação falsa;

20.4.2 – causar atraso na execução do objeto;

20.4.3 – falhar na execução do contrato;

20.4.4 – fraudar na execução do contrato;

20.4.5 – comportar-se de modo inidôneo;

20.4.6 – declarar declaração falsa;

20.4.7 – cometer fraude fiscal; e

20.4.8 – não manter a proposta.

20.5 - Para os fins do item 20.4.5, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

20.6 - A Contratada ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, com fundamento no art. 86 da Lei nº 8.666/93, à seguinte penalidade:

20.6.1 - Multa moratória de:

20.6.1.1 - 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução do serviço, limitada a incidência de 10 (dez) dias. Caso o atraso, a critério da Administração, inviabilize a execução do serviço, restará configurada a inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.6.1.2 - Sendo o atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução parcial ou total da obrigação, a ensejar a aplicação de multa compensatória, prevista no item 21.4, sem prejuízo da aplicação da multa moratória limitada a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), oriunda do atraso referido no subitem anterior.

20. 7 - Caso a avaliação dos serviços contratados fique, por três meses consecutivos ou não, na faixa 4 do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, restará configurada a inexecução parcial da avença, a ensejar, a critério da administração, a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas nesta cláusula.

20.8 - As multas moratória e compensatória poderão ser cumuladas com as sanções previstas no item 20.1.

20.9 - A aplicação das penalidades de advertência e multa moratória **não** necessitam ser publicadas no DOU, devendo a intimação da apenada dar-se por meio de notificação;

20.10 - As sanções estabelecidas nesta cláusula são da competência exclusiva da autoridade designada nos normativos internos deste Tribunal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo legal.

20.11 - A autoridade competente, na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, deverá levar em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Contratante, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.

20.12 - O valor da multa moratória ou compensatória, nos termos do artigo 86, § 3º da LLC, poderá ser descontado dos créditos da Contratada, da garantia contratual ou cobrado judicialmente, nesta ordem.

20.13 - O recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto ser efetuado conforme item anterior, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

20.14 - As penalidades estabelecidas nestas cláusulas deverão ser registradas no SICAF.

20.15 - As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade de o CONTRATANTE cobrar da CONTRATADA indenização por eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

21.1 - Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas a Contratada prestará, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da assinatura do presente contrato, garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do **valor anual atualizado do Contrato**, por meio de qualquer uma das modalidades descritas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

21.2 - Caso a garantia seja prestada na modalidade Seguro Garantia, a apólice referente à garantia deverá ter **vigência de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato;**

21.3 - A garantia prestada pela CONTRATADA, em qualquer modalidade, deverá assegurar o pagamento de:

21.3.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

21.3.2 - Prejuízos causados à Administração decorrente de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

21.3.3 - As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada, bem como obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

21.4 - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos subitens 21.3.1 a 21.3.3 do item anterior, **observada a legislação de regência.**

21.5 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante.

21.6 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

21.7 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

21.8 - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

21.9 - Será considerada extinta a garantia:

21.9.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, emitido pelo Gestor/Comissão de gestão do Contrato, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

21.9.2 - No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso o CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

21.10 - A contratada obriga-se a apresentar nova garantia, conforme o caso, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, antes do seu vencimento, ou da redução do seu valor em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou da assinatura do termo aditivo que implique na elevação do valor do contrato e na prorrogação, mantendo-se o percentual estabelecido no item 22.1 desta cláusula.

21.11 - A garantia de que trata esta cláusula somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação ou de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços.

21.12 - Caso a comprovação do pagamento das verbas rescisórias trabalhistas ou da realocação dos empregados não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência deste ajuste, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

22.1 - O contrato poderá ser rescindido nos casos e condições previstos na seção V, do capítulo III, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

- a. *A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.*
- b. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como números do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.
- c. As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
- d. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- e. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- f. As partes responderão administrativa e judicialmente na hipótese de causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.
- g. As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

24.1 - O presente contrato tem apoio legal no **Pregão Eletrônico nº ____/2022-TRE/PB** (Processo SEI nº 9224-60.2021.6.15.8000) e reger-se-á por suas cláusulas e pelos termos da proposta firma vencedora, bem como pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013, Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão e, no que couber, na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

25.1 - Para dirimir questões deste Contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado e assinado eletronicamente pelas partes e seu extrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3.

João Pessoa, ____ de ____ de 2022.

MICHELLY PALMEIRA MEDEIROS
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente por MICHELLY PALMEIRA MEDEIROS em 15/06/2022, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1286333** e o código CRC **B017ED2F**.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2022
(Processo SEI n.º 0009224-60.2021.6.15.8000)

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO
DISPOSTO NO ART. 3º DA RESOLUÇÃO Nº 07 DO CNJ**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARO, para fins do disposto no art 3º da Resolução do CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, com a nova redação que lhe foi dada pela Resolução do CNJ nº 09 do CNJ e conforme o entendimento daquele Conselho exposto na alínea “a” do Enunciado Administrativo nº 01, que a nossa empresa não tem e nem irá contratar *DIRETORES* e *OCUPANTES DE FUNÇÃO DE GESTÃO DA EMPRESA*, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PB, durante o período de vigência do contrato decorrente deste certame.**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2022
(Processo SEI n.º 0009224-60.2021.6.15.8000)

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO
DISPOSTO NO ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO Nº 156 DO CNJ**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARO, para fins do disposto no artigo 4º da Resolução nº 156, de 08 de agosto de 2012 do CNJ, que a nossa empresa não colocará empregados para o exercício de funções de chefia que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da mencionada Resolução, devendo tal condição ser mantida durante todo o contrato.**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2022
(Processo SEI n.º 0009224-60.2021.6.15.8000)

ANEXO VII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa _____,
inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____,
estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa
privada e a Administração Pública:

NOME DO ÓRGÃO/EMPRESA	VIGÊNCIA DO CONTRATO	VALOR TOTAL DO CONTRATO*

Valor Total dos Contratos

R\$ _____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais têm contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor total dos contratos}^*} \times 12 > 1$$

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos})}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100 =$$